

RELATÓRIO E CONTAS DA UMP 2021

Com os Portugueses desde 1176.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea h) do artigo 15.º, da alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º e do artigo 19.º dos Estatutos desta União, convocam-se as Associadas da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) para reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar no próximo dia **21 de janeiro de 2022, às 09h30, no Auditório da TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, sito na Rua Eng.º Frederico Ulrich, n.º 2650, 4470-605 Moreira da Maia, na cidade e concelho de Maia, distrito de Porto**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas de 2021, o qual vai acompanhado do respetivo Parecer do Conselho Fiscal;
2. Discussão de outros assuntos de interesse.

Nos termos do número 5 do artigo 19.º dos Estatutos da UMP, a Assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiverem presentes mais de metade dos Associados com direito de voto, ou meia hora depois de qualquer número de Associadas.

Os documentos aludidos na presente convocatória estão, desde esta data, disponíveis para consulta na Sede da **União das Mutualidades Portuguesas** e publicados no sítio da Internet em www.mutualismo.pt e foram enviados por correio eletrónico para todas as Associadas nesta mesma data.

Esmoriz, 07 de janeiro de 2022

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
Carla Sofia Oliveira Silva

**Nota: Chama-se à especial atenção das Associadas para a Informação seguinte
Informação:**

A Mesa da Assembleia Geral da União das Mutualidades Portuguesas chama à especial atenção dos Excelentíssimos Associados para as seguintes disposições Estatutárias e Regulamentares, relacionadas com a composição e funcionamento da Assembleia Geral:

1º - Nos termos do número 3, do artigo 7º dos Estatutos da UMP, "As quotas consideram-se vencidas no primeiro dia dos meses a que digam respeito e são pagas antecipadamente, trimestralmente, semestralmente ou anualmente". Por outro lado, nos termos do número 5 do artigo 9º dos Estatutos da UMP, "Os associados efetivos e participantes só poderão exercer os seus direitos se tiverem em dia as quotas".

2º - Nos termos do artigo 2º e 5º do Regulamento de Funcionamento de Assembleia Geral da UMP:

*"Artigo 2º
(Composição)*

1. As Assembleias Gerais são realizadas de forma presencial sendo, contudo, permitido o recurso em simultâneo a meios telemáticos, desde que se encontrem assegurados os respetivos meios, a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações.
2. A Assembleia Geral é constituída por todos os Associados efetivos que estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos, isto é, que tenham sido admitidos há mais de doze meses, tenham as quotizações pagas e em dia e não estejam suspensos nos termos dos Estatutos.
3. Os Associados participantes, desde que tenham as suas quotizações pagas e em dia e não estejam suspensos nos termos dos Estatutos, podem participar nas reuniões da Assembleia Geral, mas sem direito a voto.
4. Os Associados beneméritos e honorários podem participar nas reuniões da Assembleia Geral, mas sem direito a voto.
5. Os Associados efetivos e participantes que não estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos apenas podem assistir às Assembleias Gerais."

*"Artigo 5º
(Representação)*

1. Os Associados participam na Assembleia Geral da UMP, em princípio, através de representante pessoa singular que seja titular efetivo da respetiva Direção/Conselho de Administração, devendo este ser portador de carta-mandato para esse efeito, salvo se a UMP possua no seu dossier de apoio às Assembleias Gerais cópia dos documentos referidos no artigo anterior, bastando a esse representante identificar-se através de documento idóneo, para nela poder participar e, se permitido, votar.
2. Os Associados podem, igualmente, participar na Assembleia Geral através de qualquer outra pessoa singular desde que a mesma apresente, no dia da Assembleia Geral, carta-mandato dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.
3. Os Associados efetivos podem, nos termos previstos nos Estatutos, fazerem-se representar por outros Associados efetivos, devendo o Associado Mandatário ser portador de carta-mandato do Associado mandante, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e entregue no dia da Assembleia Geral.
4. As cartas-mandato referidas nos números anteriores devem, cumulativamente:
 - a) Identificar o Associado mandante e a pessoa singular sua representante ou o Associado mandatário;
 - b) Indicar se se destinam a uma Assembleia Geral em concreto ou às Assembleias Gerais, ordinárias e/ou extraordinárias, que venham a realizar-se dentro de um período temporal determinado;
 - c) A extensão dos poderes de representação que são conferidos pelo Associado mandante ao seu representante pessoa singular ou ao Associado mandatário;
 - d) Ser assinadas por quem estatutariamente obriga a Associação e com as assinaturas reconhecidas nos termos da lei, na qualidade e com poderes para esse ato, salvo se a UMP possua no seu dossier de apoio às Assembleias Gerais cópia dos documentos referidos no anterior artigo 4.º deste RFAG, caso em que o reconhecimento das assinaturas não será necessário.
5. Na mesma sessão da Assembleia Geral, nenhum Associado efetivo pode, para além de si próprio, representar mais que um Associado efetivo e nenhuma pessoa singular pode ser representante de mais do que dois Associados.
6. É permitida a inscrição de qualquer Associado para assistir, participar e, se permitido, votar na Assembleia Geral até ao encerramento da sessão, seja em primeira sessão ou em qualquer um dos seus prolongamentos.
7. No caso em que Assembleia funcione em mais de uma sessão, a inscrição/acreditação dos Associados far-se-á apenas uma vez e em qualquer uma das sessões podendo, todavia, os Associados alterar os seus representantes.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	07
II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2020	10
1. SEGURANÇA SOCIAL	11
1.1 CÓDIGO DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS	11
1.2 CONSELHO NACIONAL PARA A ECONOMIA SOCIAL (CNES)	11
1.3 COMISSÃO PERMANENTE DO SETOR SOCIAL E SOLIDÁRIO	11
1.4 COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O SETOR SOCIAL E SOLIDÁRIO PARA O BIÉNIO 2021-2022	12
1.4.1 ADENDA AO COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O SETOR SOCIAL E SOLIDÁRIO PARA 2022	12
1.5 INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (ISS, I.P.)	13
1.6 COMISSÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO (CNC) E COMISSÃO DISTRITAL DE COOPERAÇÃO (CDC)	13
1.7 FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR SOLIDÁRIO	13
1.8 LINHA DE CRÉDITO DE APOIO ÀS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL	13
1.9 PARECERES EMITIDOS	14
1.10 COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL – ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	14
2. SAÚDE	15
2.1 FARMÁCIAS SOCIAIS	15
2.2 ASSISTÊNCIA MÉDICA	15
2.3 SAÚDE MENTAL	15
2.4 COMBATE ÀS DEPENDÊNCIAS	16
2.5 REPRESENTAÇÃO	16
3. EDUCAÇÃO	16
4. ASSUNTOS JURÍDICOS	17
5. ECONOMIA E FINANÇAS	18
6. INOVAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO	18
6.1 PROJETO DE CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL «MUTUALISMO - MODERNIZAR, EXPANDIR E AFIRMAR»	18
6.2 PROJETO DE CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL “MUTUALISMO - DA HERANÇA AO FUTURO”	19
6.2.1 GABINETE DE FORMAÇÃO	20
6.2.2 GABINETE DE ESTUDOS E PROJETOS	21
6.2.3 GABINETE DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO E AOS FINS MUTUALISTAS	22
6.3 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO/INFORMÁTICA	23
6.3.1 AMIGA	23
6.3.2 SIMPLEX MUTUAL	23
6.3.3 CENTRAL DE NEGOCIAÇÃO	24

ÍNDICE

7. RELAÇÕES INTERNACIONAIS	24
7.1 UMM – UNIÃO MUNDIAL DAS MUTUALIDADES	24
7.2 COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU (CESE)	24
7.3 CPLP	25
8. COMUNICAÇÃO E IMAGEM	26
8.1 PLATAFORMAS DE COMUNICAÇÃO	26
8.1.1 MULTIMÉDIA	26
8.1.1.1 VÍDEO INSTITUCIONAL	26
8.1.1.2 MUTUAL XXI	26
8.1.1.3 OUTRAS PRODUÇÕES E REPORTAGENS EM VÍDEO	27
8.2 PUBLICAÇÕES	27
8.2.1 EDIÇÃO DE LIVROS	27
8.2.2 EDIÇÃO DE ANUÁRIO DAS MUTUALIDADES	28
8.2.3 REVISTA MUT	28
8.2.4 CORREIO MUTUALISTA E INFO	28
8.3 SITE E MICROSITES	28
8.4 REDES SOCIAIS	28
8.5 IMPRENSA	29
8.6 TRABALHOS CRIATIVOS E MERCHANDISING	29
8.7 COMUNICAÇÃO INTERNA	29
8.8 WEBINARS DE COMUNICAÇÃO	29
8.9 EQUIPAMENTO	29
9. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO	30
9.1 REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS	30
9.2 OUTRAS PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS NACIONAIS	30

ÍNDICE

10. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UMP	32
10.1 ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO	32
10.2 CENTRO INFANTIL DR. ANTÓNIO DA COSTA LEAL (CIDA CL)	32
10.3 EVENTOS	33
10.3.1 XIII CONGRESSO NACIONAL DO MUTUALISMO e DIA NACIONAL DO MUTUALISMO 2021	33
10.3.1.1 APRESENTAÇÃO DO LIVRO ORIGENS DO MUTUALISMO EM PORTUGAL	34
10.3.1.2 CHAMA MUTUALISTA	34
10.3.1.3 PRÉMIO INOVAR PARA MELHORAR (PIPM)	35
10.3.1.4 PRÉMIO TRABALHADOR DO ANO	35
10.3.1.5 PRÉMIO MUTUALISMO E SOLIDARIEDADE	35
10.3.1.6 PRÉMIO CIDADANIA E SOLIDARIEDADE	35
10.3.1.7 PRÉMIO MUTUALISMO E SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL	36
10.3.2 WEBINARES	36
10.3.3 JORNADAS MUTUALISTAS REGIONAIS	36
10.3.4 II ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES MUTUALISTAS	37
10.3.5 X ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES MUTUALISTAS	38
10.3.6 ASSEMBLEIAS GERAIS	38
III. RESULTADO LÍQUIDO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	39
IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41
ANEXO	46
PARECER DO CONSELHO FISCAL	59

RELATÓRIO E CONTAS DA UMP 2020

ESTIMADAS ASSOCIADAS

O Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) tem a honra de submeter à vossa apreciação, discussão e votação o Relatório e Contas de 2021 da União das Mutualidades Portuguesas, acompanhado pelo respetivo Parecer do Conselho Fiscal.

I. INTRODUÇÃO

O contexto em que decorreu o ano de 2021 foi marcado ainda por muitos constrangimentos e incertezas, decorrentes da evolução da pandemia Covid-19, que condicionaram naturalmente a gestão das organizações.

As Associações Mutualistas e a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) não foram exceção, mas, no cenário de dificuldades, com a resiliência que se lhes reconhece, souberam corresponder ao que o Estado e a sociedade delas esperavam, colocando ao serviço dos portugueses um conjunto de equipamentos e respostas, algumas delas inovadoras, que fizeram a diferença na vida de milhares de pessoas.

É de inteira justiça sublinhar e enaltecer a entrega e a dedicação de todos quantos servem as mutualidades, sejam dirigentes, colaboradores ou voluntários, verdadeiros símbolos dos valores e dos princípios mutualistas.

2021 foi, apesar da conjuntura, um ano profícuo para a UMP, em que assistimos a um reforço da sua representatividade institucional, ao crescimento e a uma maior eficiência da organização, à capacitação das Associações Mutualistas e dos seus recursos humanos, a um maior reconhecimento e notoriedade do mutualismo na sociedade e a uma nova etapa na inovação e modernização de processos.

DESEMPENHO FINANCEIRO. O Exercício encómio de 2021 demonstrou-se ser exigente e rigoroso pela contínua adoção de políticas de reestruturação e de reequilíbrio financeiro da UMP, pelo que se obteve o resultado líquido positivo no montante total de Euro: 152.679,38€.

REFORÇO DA REPRESENTATIVIDADE. A UMP reforçou o seu posicionamento institucional, assumindo lugar efetivo no Conselho Económico e Social, na Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência e nas respetivas comissões setoriais. Continuou a ter uma participação ativa na Comissão Permanente do Setor Social e Solidário, presidida pela Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, onde se analisaram propostas e medidas públicas para o setor e se monitorizou a sua implementação no terreno.

No âmbito da sua ação, e para além do seu desempenho no quadro do Comité Económico e Social Europeu e da União Mundial das Mutualidades, desenvolveu inúmeras diligências junto das diferentes tutelas para a resolução de constrangimentos, como os que decorrem do Código das Associações Mutualistas, do Regime Jurídico das Farmácias de Oficina, das convenções para a prescrição de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica e do acesso à atividade funerária pelas mutualidades.

CRESCIMENTO DA UMP E CAPACITAÇÃO DO MOVIMENTO. A organização da UMP cresceu e otimizou-se para responder de forma mais célere e eficiente às solicitações das suas filiadas, do Estado e da sociedade. Realça-se a criação de dois novos gabinetes no último semestre de 2021 – o Gabinete de Estudos e Projetos e o Gabinete de Apoio ao Associativismo, Fins Mutualistas e Protocolos de Cooperação – enquadrados no projeto de capacitação *Mutualismo: da Herança ao Futuro*, financiado pelo POISE.

Esta aposta traduziu-se, num curto espaço de tempo, na adesão à UMP da Caixa Auxiliar dos Estivadores do Porto de Lisboa e Centro de Portugal – Associação Mutualista e na renovação e aumento do portefólio de protocolos com entidades públicas e privadas, através dos quais as nossas filiadas e os seus associados têm acesso a uma panóplia de vantagens e descontos. Consubstanciou-se, também, na preparação e apresentação de candidaturas a programas de financiamento privados e públicos, nacionais e internacionais, que poderão resultar em novos projetos e frentes de intervenção da UMP e das suas filiadas.

A Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho atribuiu à UMP o estatuto de entidade formadora certificada, que permitirá incrementar, desenvolver e certificar, doravante, processos de capacitação da própria organização e das Associações Mutualistas.

No capítulo da capacitação do setor, o novo modelo de Jornadas Mutualistas Regionais privilegiou a formação em contexto de mentoria e consultoria, não só na preparação dos investimentos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência como também no progresso e desenvolvimento das mutualidades.

A proximidade da UMP com as suas filiadas saiu reforçada, não só através de reuniões de trabalho regulares como de webinars mensais nas áreas jurídica, financeira e comunicação, para partilha de experiências e boas práticas e esclarecimento, destinados a dirigentes e técnicos.

MAIOR NOTORIEDADE. A UMP e o mutualismo ganharam notoriedade, através de parcerias com universidades portuguesas e reputados investigadores, que convergiram na produção de conhecimento sobre o setor. Valorizou-se a riquíssima história do Movimento, com a edição do livro “Origens do Mutualismo em Portugal” (resultado de uma investigação da Universidade Nova de Lisboa) e a sua distribuição pelas bibliotecas municipais e das instituições de ensino superior. Outras investigações na área da história e estudos sobre inovação e de caracterização do Movimento Mutualista estão concluídos ou em curso e serão apresentados e/ou editados em livro em 2022.

Através de diversos suportes de comunicação, em especial das redes sociais, em formatos como as reportagens Mutual XXI, ou através de cerca de 30 eventos, presenciais e por videoconferência, dos quais se destaca o XIII Congresso Nacional do Mutualismo, que teve um impacto significativo na comunicação social, a UMP deu visibilidade ao longo de 2021 à ação das mutualidades.

INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO. A UMP deu mais alguns passos importantes na modernização e na transição digital, ao criar e disponibilizar a plataforma Simplex Mutual, totalmente desenvolvida com recursos próprios, onde as mutualidades podem carregar a informação oficial que obrigatoriamente comunicam a diferentes organismos do Estado. Já a Aplicação Mutualista Integrada de Gestão de Associados (AMIGA), também inteiramente desenvolvida pela UMP, foi objeto de incorporação de novas funcionalidades e está em utilização ou em fase de instalação em várias associações mutualistas filiadas.

II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2021

EXCELENTÍSSIMAS ASSOCIADAS

O Relatório que aqui se apresenta descreve e sistematiza a atividade desenvolvida pela União das Mutualidades Portuguesas no ano de 2021, no cumprimento do Programa de Ação oportunamente aprovado. Encontra-se estruturado em 10 domínios de atuação principais: Segurança Social; Saúde; Educação; Assuntos Jurídicos; Economia e Finanças; Inovação Social e Desenvolvimento Estratégico; Relações Internacionais; Comunicação e Imagem; Representação Institucional e Cooperação; e Organização e Funcionamento da UMP.

II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2021

80,6%

ACRÉSCIMO DE VISITAS
AO SITE FACE A 2020

1. SEGURANÇA SOCIAL

1.1 Código das Associações Mutualistas

No âmbito do processo de adequação dos Estatutos das Mutualidades ao Código das Associações Mutualistas, a União das Mutualidades Portuguesas continuou a prestar apoio técnico e jurídico às suas filiadas, com vista ao respetivo registo definitivo.

Com a entrada em funções do novo Diretor Geral da Direção Geral da Segurança Social, em abril de 2021, a UMP apresentou as suas preocupações relacionadas com a excessiva burocracia e demora daqueles serviços na análise dos processos.

1.2 Conselho Nacional para a Economia Social (CNES)

Enquanto membro efetivo do CNES, a UMP participou ativamente nos trabalhos deste órgão consultivo, que reuniu:

- a 24 de fevereiro, por videoconferência, para a audição do CNES no âmbito da consulta pública do Plano de Recuperação e Resiliência;
- a 30 de novembro, por videoconferência, para analisar uma proposta de acordo para a formação profissional e qualificação do setor da Economia Social e criação de um Centro Protocolar de Formação Profissional para a Economia Social.

1.3 Comissão Permanente do Setor Social e Solidário

A Comissão Permanente do Setor Social e Solidário (CPSSS), que a UMP integra, continuou a reunir regularmente (semanal ou quinzenalmente), sempre com a participação da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e/ou das Secretárias de Estado da Ação Social, Rita Mendes, e para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes.

Durante 2021, foram realizadas 31 reuniões, nas quais se discutiram, analisaram e monitorizaram medidas com impacto no setor social e solidário, nomeadamente: o programa Adaptar Social+ (EPI e Formação), Revisão do Pacto de Cooperação para o Setor Social, Compromisso de Cooperação para o Setor Social 2021/2022 e respetiva Adenda para 2022, Simplex Social, PRR, vacinação e testagem Covid-19, Valorizar Social, PROCOOP, MAREESS, Cimeira Europeia do Porto, gratuidade das creches, Estado de Emergência, Teletrabalho, entre outros.

Estas reuniões têm sido importantes, não só para analisar e monitorizar propostas e medidas para o setor social e solidário como também para reforçar o posicionamento estratégico do Movimento Mutualista no quadro da implementação de políticas públicas com relevância para as mutualidades.

1.4 Compromisso de cooperação para o setor social e solidário para o biénio 2021-2022

O Governo, a União das Mutualidades Portuguesas, a CNIS, a CONFECOOP e a União das Misericórdias Portuguesas celebraram o Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário para o Biénio 2021-2022.

Este Compromisso resultou de um longo processo de negociações, no quadro da Comissão Permanente do Setor Social e Solidário, e, não resolvendo todos os problemas, deu alguns pequenos passos no sentido de aproximar a comparticipação das respostas sociais protocoladas do seu custo efetivo.

O documento atualizou em 3,6% a comparticipação à generalidade das respostas sociais protocoladas, manteve o reforço de 2% da comparticipação às ERPI, SAD, Lar Residencial e Residência Autónoma, e um adicional excecional, de pagamento único, a distribuir pelas respostas sociais de ERPI, Lar Residencial e Residência Autónoma, no valor de 8 milhões (que representará no caso das ERPI um pouco mais de 2% adicionais).

É de elementar justiça sublinhar e valorizar o trabalho conjunto realizado neste âmbito pelas quatro entidades da economia social que subscrevem este documento (União das Mutualidades Portuguesas, CNIS, CONFECOOP e União das Misericórdias Portuguesas) e que revela o espírito de colaboração que tem existido.

Nestes últimos dois anos, nestes últimos dois anos, este trabalho conjunto resultou na atribuição de um aumento de 11,1%, na sua globalidade, às comparticipações das respostas sociais protocoladas na sua globalidade, além de um conjunto de apoios que permitiram às instituições dar uma resposta que orgulha o país, num contexto tão adverso e difícil como o da pandemia.

Não podemos deixar de salientar que ainda é claramente insuficiente face às necessidades efetivas das Entidades da Economia Social e que continuaremos a trabalhar no sentido de as suprir.

1.4.1 Adenda ao Compromisso de cooperação para o setor social e solidário para 2022

Reconhecendo a excecionalidade da conjuntura e a necessidade de apoiar as instituições do setor social e solidário no contexto dos custos com a situação pandémica e com o aumento do salário mínimo nacional, e levando em conta que a atualização dos acordos de cooperação em 2022 só poderá ser concretizada após aprovação do Orçamento de Estado, o Governo entendeu criar um apoio mensal de carácter extraordinário, a aplicar no ano de 2022 até à atualização referida.

Em sede de CPSSS, foi possível estabelecer um entendimento para a celebração de uma adenda extraordinária que prevê o pagamento de um montante mensal adicional de 3,3 milhões de euros, em 2022, para amortecer o impacto do aumento do salário mínimo dos trabalhadores das instituições sociais.

Este valor será deduzido na atualização da comparticipação financeira da Segurança Social relativa ao ano de 2022 e a constar da respetiva Adenda ao Compromisso de Cooperação para o ano de 2021-2022.

1.5 Instituto da Segurança Social (ISS, I.P.)

O ano de 2021 ficou marcado por uma estreita articulação com o ISS, I.P., não só no que respeita à divulgação de orientações, recomendações e medidas de apoio no âmbito do combate à Covid-19 como também na desburocratização de processos, anúncios e informações sobre candidaturas aos diferentes programas do PRR e do PARES.

A UMP participou regularmente em vários webinars de esclarecimento promovidos pelo ISS, I.P. sobre programas e procedimentos de candidatura.

> 10%

MELHORIA DOS
RESULTADOS LÍQUIDOS
COMPARATIVAMENTE
A 2020

1.6 Comissão Nacional de Cooperação (CNC) e Comissão Distrital de Cooperação (CDC)

Em 2021, a UMP marcou presença nas duas reuniões da Comissão Nacional de Cooperação (CNC):

- A 12 de outubro, por videoconferência, para fazer pontos da situação sobre candidaturas e acordos de cooperação no âmbito do Acolhimento Familiar, Apartamentos de Autonomização, PRR, PARES, PRO-COOP, novo mecanismo de Registo de IPSS na Segurança Social Direta, resposta ao pedido do Instituto Nacional para a Reabilitação para identificação de um interlocutor da CNC na Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 e abordar a integração de pessoas com deficiência, nomeadamente dos Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão, e da plataforma AMA.
- A 20 de dezembro, em formato de videoconferência, para conclusão e aprovação dos relatórios de atividades da CNC respeitantes aos anos de 2019 e 2020.

A UMP manteve a sua representação e participou também nas reuniões das Comissões Distritais de Cooperação e Plataformas Supraconcelhias dos 18 distritos do País.

1.7 Fundo de Reestruturação do Setor Solidário

A UMP continuou a estar representada no Conselho de Gestão do Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (FRSS), que visa apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e equiparadas. Em 2021, não foram registadas novas candidaturas, pelo que centrou a sua ação na monitorização das atividades e dos apoios anteriormente concedidos, aguardando-se para 2022 a abertura de candidaturas.

1.8 Linha de Crédito de Apoio às Entidades da Economia Social

Como membro efetivo do Conselho Executivo das Linhas de Crédito de Apoio às Entidades da Economia Social, acompanhou a execução das atividades e dos financiamentos anteriormente concedidos.

1.9 Pareceres Emitidos

No quadro da sua representação do Movimento Mutualista, a UMP desenvolveu uma atividade assinalável no que toca à participação em reuniões de preparação de medidas públicas para o setor e à emissão de pareceres, sublinhando-se os seguintes:

- Contributos no âmbito da renovação do Estado de Emergência;
- Projeto de portaria referente aos apoios para o sector Social e Solidário;
- Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem;
- Despacho relativo ao programa Adaptar Social +;
- Revisão do Pacto de Cooperação;
- Proposta de alteração da Portaria n.º 68/2017, de 16 de fevereiro, no sentido de clarificar as condições de referenciação dos serviços pelas várias entidades; rever algumas das tipologias propostas para adultos e para a infância e adolescência que se revelaram inadequadas às causas de solicitação; ajustar o modelo organizativo das equipas regionais e locais; adaptar o Programa Funcional, tendo em vista o crescimento das respostas de cuidados continuados integrados de saúde mental;
- Proposta de portaria relativa à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário;
- Contributos para o Compromisso de Cooperação do Setor Social para o biénio 2021-2022;
- Projeto de portaria | 4.ª alteração à Portaria 82-C/2020 – MAREESS;
- Protocolo com o Setor Social e Solidário, no âmbito da implementação do Plano de Recuperação e Resiliência;
- Atualização da Norma da DGS sobre medidas de prevenção/contenção Covid-19 a observar nas respostas de creche e amas;
- Decreto-Lei de revisão do Decreto Lei n.º 64/2007, de 14 de março (na redação atual do Decreto-Lei n.º 33/2014, de 4 de março) – revisão do regime de licenciamento de respostas sociais - que reflete contributos recolhidos junto de diversas fontes (ISS, DGSS, Gabinetes, entre outros), bem como as opções que se afiguraram de adotar, com o objetivo primordial de simplificar o procedimento de autorização de entrada em funcionamento das respostas sociais;
- Aviso para a requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais no âmbito do PRR;
- Aviso de abertura de candidaturas ao Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o desenvolvimento de respostas sociais (PROCOOP);
- Projeto de Portaria da Medida Compromisso Emprego Sustentável;
- Proposta de acordo para a formação profissional e qualificação do Setor da Economia Social;
- Portaria de enquadramento para a resposta social “Comunidades de Inserção”.

1.10 Comissão de Trabalho e Segurança Social - Assembleia da República

A UMP participou na Audição da Comissão de Trabalho e Segurança Social, da Assembleia República, que analisou o Relatório de Acompanhamento Trimestral da implementação do Estatuto do Cuidador Informal, onde propôs a simplificação e eliminação de entropias, seja na excessiva burocratização do processo de reconhecimento seja na implementação de algumas medidas de apoio ao cuidador, para que este Estatuto faça, de facto, a diferença na vida das pessoas, o que ainda não acontece.

2. SAÚDE

2.1 Farmácias Sociais

Eliminar a limitação e constrangimento legal, atualmente existente, e que, na prática, impossibilita as Mutualidades de prosseguirem um dos seus fins fundamentais, o de Assistência Medicamentosa, junto dos seus Associados e beneficiários, fim esse, de resto, consagrado no Código das Associações Mutualistas, figura no topo das preocupações da UMP, que tem continuado a diligenciar junto da Ministra da Saúde e dos seus Secretários de Estado a alteração ao Regime Jurídico das Farmácias de Oficina.

O Gabinete Jurídico da UMP tem estado seriamente empenhado no apoio e acompanhamento às Mutualidades que têm recorrido judicialmente das decisões de indeferimento proferidas pelo Infarmed. Neste momento, existem 12 ações em Tribunal e encontram-se pendentes seis pedidos de abertura de novas farmácias sociais.

2.2 Assistência Médica

As Associações Mutualistas têm-se revelado um pilar fundamental na prestação de cuidados de saúde, muito mais no atual contexto pandémico, em que o Serviço Nacional de Saúde não tem conseguido dar resposta cabal às necessidades das populações.

Assim, a possibilidade de as clínicas do Movimento Mutualista prescreverem Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT) assume uma particular relevância na prossecução do direito dos portugueses no acesso aos cuidados de saúde.

A UMP continuou a envidar esforços junto do Ministério da Saúde para a possibilidade de as mutualidades estabelecerem novos acordos para a prescrição de MCDT, tornando-se premente a Regulamentação das cláusulas gerais da Portaria N.º 427/2009.

Numa audiência requerida pela UMP, o Secretário de Estado da Saúde, Diogo Serras Lopes, garantiu que iria ser constituído um grupo de trabalho para análise deste dossiê, tendo o Conselho de Administração da UMP manifestado a disponibilidade para integrar esse grupo de trabalho e colaborar nessa missão.

No âmbito da prestação de cuidados de saúde primários, a UMP tem repetidamente manifestado a sua disponibilidade para celebrar contratos-programa para a gestão de unidades de saúde familiar modelo C, de forma a suprir insuficiências demonstradas pelo SNS.

2.3 Saúde Mental

A Saúde Mental tem assumido uma importância acrescida nas circunstâncias que vivemos e o setor social não poderá dissociar-se deste problema, que afeta milhares de portugueses e para o qual a resposta pública se tem revelado manifestamente insuficiente.

A UMP tem acompanhado os trabalhos do Conselho Nacional de Saúde Mental e dos Conselhos Regionais de Saúde Mental do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, reiterando a disponibilidade das Associações Mutualistas, através das suas clínicas médicas e das respostas sociais, para suprir muitas das lacunas neste âmbito.

> 77%

AUMENTO DO ATIVO
COMPARATIVAMENTE
A 2020

Atendendo ao interesse já manifestado por algumas mutualidades em desenvolverem respostas na área da saúde mental, a UMP tem vindo a sensibilizá-las para aproveitarem a janela de oportunidade que representa o Plano de Recuperação e Resiliência.

2.4 Combate às dependências

No quadro da sua participação no Conselho Nacional para os Problemas das Drogas, das Dependências e do Uso Nocivo do Álcool, tem a UMP apresentado os seus contributos para o Plano Nacional dos Comportamentos Aditivos e das Dependências.

2.5 Representação

A UMP fez parte da Comissão de Honra da 14.^a edição do Prémio Boas Práticas em Saúde, atribuído pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Hospitalar. Estes Prémios, divididos em diferentes categorias, têm como objetivo dar a conhecer exemplos de boas práticas com vista à sua replicação futura, na senda da melhoria do desempenho do sistema de saúde.

3. EDUCAÇÃO

A iminente municipalização da Educação gera naturais receios no setor social, que tem assegurado a resposta de pré-escolar com padrões elevados de qualidade e com um custo significativamente inferior ao que teria se fosse de iniciativa pública. Acresce toda a capacidade instalada, em equipamentos, recursos humanos e didáticos e o capital de experiência acumulado, que, racionalmente, não se podem descartar, muito menos num país com os constrangimentos orçamentais que se conhecem.

A UMP tem defendido, nos Grupos de Trabalho na área da Educação e em outras sedes, a continuidade do incontornável papel do setor social e solidário, nomeadamente das mutualidades, na consolidação da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar.

A pandemia obrigou as instituições com Creche e Pré-Escolar a promover a adaptação de instalações e alteração de procedimentos, seguindo as recomendações e as orientações da Direção-Geral de Saúde e das demais autoridades públicas e prontamente comunicadas pela UMP às Associações Mutualistas. Nos contactos mantidos com o Secretário de Estado Adjunto e da Educação, a UMP reiterou a pertinência da introdução de conteúdos relacionados com o mutualismo e as outras áreas da economia social nos currículos do ensino básico e secundário.

Foi com a preocupação de levar o conhecimento sobre o mutualismo a um público mais alargado, e especialmente aos jovens estudantes, que a UMP decidiu oferecer um exemplar do livro “Origens do Mutualismo em Portugal” que, orgulhosamente, editou em 2021, a todas as bibliotecas municipais e das instituições de ensino superior.

Enquanto gestora do Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIDA CL), a UMP tem assegurado o desenvolvimento e a formação de crianças, complementando a ação educativa da família.

Em 2021, a defesa dos interesses das crianças e jovens em risco manteve-se como uma das prioridades da UMP, que tem tido uma participação ativa na Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e integrou o Grupo de Trabalho para a implementação estratégia da Garantia Europeia para a Infância.

4. ASSUNTOS JURÍDICOS

A UMP, na senda dos anos anteriores, continuou a defender os interesses do Movimento Mutualista nos processos de criação e alteração legislativos em matérias relacionadas com as Mutualidades e as suas atividades, bem como emitindo pareceres e apresentando contributos.

A afetação, em 2020, de um jurista a tempo inteiro, aumentou o número de respostas a solicitações das Associadas, com mais celeridade na satisfação dos pedidos de esclarecimento e pareceres.

Permitiu igualmente capacitar, aconselhar e esclarecer as Associadas sobre assuntos jurídicos, de uma forma imediata, com recurso a meios telemáticos, assim como acompanhar e analisar com maior disponibilidade os diplomas legais publicados no Diário da República com interesse para o movimento mutualista, bem como os processos e procedimentos jurídicos e legais da UMP e das suas filiadas. Acresceu maior celeridade conferida à emissão de pareceres e contributos solicitados pelo Governo, mais especificamente pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Permitiu, ainda, que a UMP se fizesse representar por um jurista em grupos de trabalho, designadamente para elaboração da ferramenta OIRA – plataforma de análise e prevenção de riscos profissionais inerentes às atividades exercidas do âmbito das respostas sociais.

O Gabinete Jurídico esteve ainda envolvido no apoio jurídico à UMP e às suas filiadas na adaptação dos seus Estatutos ao Código das Associações Mutualistas e respetivos contactos com a DGSS e no acompanhamento à renegociação do Contrato Coletivo de Trabalho.

Os dois outros juristas externos continuaram a acompanharam dossiês específicos de elevada complexidade técnica, como os relacionados com os processos administrativos e judiciais das Associações Mutualistas relativos às farmácias de oficina; matérias fiscais da Economia Social; negociação e processos de contencioso administrativo.

> 46%

MELHORIA DOS FUNDOS
COMPARATIVAMENTE
A 2020

RESUMO DOS PROCESSOS / ATIVIDADES DO GABINETE JURÍDICO

ATIVIDADES	N.º DE EVIDÊNCIAS
Emissão de documentos legais/pareceres/informações/comunicações a associadas e outras entidades	95
Análise e descrição sumária de diplomas legislativos no âmbito da Economia Social e exposições a Entidades Governamentais	42
CAM, Alterações aos Estatutos; Procedimentos de contratação Pública; Manuais; Regulamentos; CCT; entre outros	80
Webinars	10
Elaboração de protocolos com entidades estatais, públicas e privadas	20

5. ECONOMIA E FINANÇAS

O suprimento dos constrangimentos legais referentes ao exercício de algumas atividades económicas, como a atividade funerária, continua a fazer parte das preocupações do Movimento Mutualista.

A UMP voltou a insistir com o Governo no sentido de promover a concretização do protocolo que estabelecerá as condições para o exercício da atividade funerária pelas mutualidades e IPSS, previsto no regime jurídico de acesso e exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração, publicado em Diário da República em janeiro de 2015.

Durante uma audiência com a UMP, o Secretário de Estado da Defesa do Consumidor reconheceu a necessidade de clarificar, perante os organismos públicos intervenientes, o referido Decreto-lei.

6. INOVAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

6.1 Projeto de Capacitação Institucional «Mutualismo - Modernizar, Expandir e Afirmar»

O projeto de Capacitação Institucional POISE-03-4639-FSE-000284 MUTUALISMO – Modernizar, Expandir e Afirmar (UMP MEA) decorreu entre setembro de 2017 e fevereiro de 2021. Estando inicialmente o seu fim previsto para 31 de agosto de 2020, face à pandemia por Covid-19 e aos efeitos que a mesma teve na sua execução, foi autorizada a sua prorrogação pela entidade gestora POISE, por um período de 6 meses.

No âmbito da execução deste Projeto, houve uma melhoria significativa do desempenho da UMP. Esta melhoria foi reconhecida pela grande maioria das Associações, de acordo com o apurado no relatório de avaliação final do projeto. Esta melhoria deveu-se sobretudo à execução física do projeto com um rigoroso alinhamento das atividades executadas com o programa apresentado em candidatura, não obstante as adaptações a que a pandemia obrigou, e também, com as devidas adaptações a que a pandemia obrigou, e também à equipa de gestão do projeto, que demonstrou capacidade e eficácia para agir de forma positiva perante as dificuldades criadas pela situação sanitária (pandemia Covid-19).

Houve, ainda, a capacidade de incorporação de ações de melhoria contínua, resultantes do feedback da monitorização/avaliação externa e da autoavaliação da equipa de gestão do projeto UMP MEA.

Os resultados atingidos através da execução das atividades do projeto UMP MEA cumpriram, na grande maioria dos casos, os objetivos, incluindo os principais indicadores de execução e de resultado do projeto. Estes resultados, atingidos pelas atividades desenvolvidas no âmbito do projeto UMP MEA, criaram efeitos positivos na imagem institucional da UMP junto das suas associadas e das entidades externas com quem se relaciona externamente, a nível nacional e internacional, assim como reforçaram o posicionamento estratégico da UMP junto daquelas entidades.

Considera-se, pelo referido atrás, que este projeto contribuiu de forma muito positiva para a capacitação da UMP e para a sua afirmação e do movimento mutualista, consubstanciando uma iniciativa válida e valiosa na modernização, visibilidade e expressão do movimento mutualista em Portugal e no Mundo.

6.2 Projeto de capacitação Institucional “Mutualismo - Da Herança ao Futuro”

Em março de 2020, foi submetida nova candidatura ao programa de Capacitação Institucional dos Parceiros da Economia Social Membros do CNES. A execução desta candidatura, que teve início a 26 de outubro de 2020 e decorrerá até 30 de junho de 2022, concretiza-se no Projeto de Capacitação Institucional POI-SE-03-4639-FSE-000846 Mutualismo – Da Herança ao Futuro, que

reforça a missão assumida pela União das Mutualidades Portuguesas de representar o movimento mutualista português e defender os seus interesses junto das mais diversas instâncias nacionais e, inclusivamente, internacionais, trabalhando em prol de um modelo de resposta cada vez mais forte, alargado, moderno e eficaz.

Este projeto alicerçou-se nos resultados obtidos da execução dos dois anteriores projetos de capacitação institucional, visando completar um ciclo de intervenções de capacitação desenhado para munir a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) de competências, ferramentas e modelos processuais capazes de melhor atender aos desafios da Economia Social e do Movimento Mutualista, em particular, honrando, por um lado, a sua História e afirmando-se, por outro, como movimento associativo de excelência no Futuro.

Os projetos e o trabalho até agora desenvolvidos pela UMP no sentido da sua capacitação (interna e externa) potenciaram a sua capacidade de atuação e resposta, mas tornaram-na igualmente mais exigente com o seu próprio desempenho, pelo que o novo projeto de capacitação reforça: o eixo da manutenção e consolidação das competências e mecanismos adquiridos ou valorizados; o eixo do reforço ou desenvolvimento de competências e mecanismos ainda pouco explorados ou até agora tidos como secundários; o eixo da depuração ou aperfeiçoamento de mecanismos e procedimentos de capacitação e, bem assim, de sustentabilidade.

Este novo projeto pretende complementar o impacto institucional dos anteriores projetos, com especial enfoque sobre a matriz da doutrina mutualista, não esquecendo a potenciação e o estímulo de abordagens sociais inovadoras e o desenvolvimento de estratégias de empreendedorismo e inclusão social.

As atividades previstas no âmbito deste projeto visam dar cumprimento aos objetivos consolidados para a capacitação da UMP:

- a) Realizar ações, iniciativas e atividades que visem a capacitação institucional da União das Mutualidades Portuguesas e, conseqüentemente, das suas Associadas;
- b) Realizar ações, iniciativas e atividades que visem a cooperação e o trabalho em rede, aos níveis nacional e internacional;
- c) Implementar e desenvolver ações de análise, troca de experiências e boas práticas no seio da Economia Social e Solidária, particularmente do Movimento Mutualista Português e Internacional.
- d) Desenvolver ferramentas de base web de comunicação, gestão e partilha de dados entre os membros associativos desta União, e bem assim, das suas relações institucionais e comunidade em geral.

70

CRIANÇAS INSCRITAS
NO CIDACL

e) Realizar ações, iniciativas e atividades difusoras do Movimento Mutualista no seio da Economia Social e Solidária Portuguesa e Internacional.

f) Aumentar a proporção de indivíduos participativos no Movimento Mutualista, nomeadamente nas atividades dinamizadas pela UMP.

g) Potenciar a melhoria do desempenho da UMP, resultante no reconhecimento e grau de satisfação com o desempenho da mesma pelas suas Associadas.

Considerando a melhoria de práticas anteriores, a valorização dos recursos alavancados, a multiplicação de parcerias e a potenciação de mais benefícios, para as nossas associadas e para o movimento mutualista, o projeto Mutualismo - Da Herança ao Futuro reforça o incremento de iniciativas participadas e impulsionadoras de cidadania, cooperação e trabalho em rede (encontros, jornadas, congressos, reuniões, seminários...) e o empenho em diferentes formas de difusão de boas práticas e experiências de sucesso e de promoção da UMP e do Movimento Mutualista português.

O trabalho em rede de cooperação mutualista continua a ser uma vertente da capacitação a reforçar, uma vez que, inegável e reconhecidamente, as ferramentas digitais (principalmente, as de base web) se têm mostrado essenciais à comunicação intra e inter associações mutualistas, ao incentivo e fixação da informação acerca do universo mutualista (baseada não só em bases de dados como também em estudos e investigação), à discussão e partilha de experiências, dúvidas e know-how e à captação da atenção de novos potenciais beneficiários.

As intervenções formativas demonstraram ser uma aposta ganha em matéria de capacitação da UMP e do movimento mutualista. Prova disso foram as multiplicadas ações formativas descentralizadas, jornadas mutualistas e webinars, sempre com adesão crescente por parte de colaboradores, dirigentes, técnicos e outros beneficiários, sempre mais diferenciadas e inovadoras dentro do universo mutualista. Aquela que começou por ser uma atividade pouco valorizada pelos destinatários é agora exigida pelo movimento mutualista, que desafia a UMP sempre com diferentes áreas temáticas necessárias à capacitação da UMP e, conseqüentemente, das suas associadas filiadas. Por isso, as iniciativas de formação são uma atividade importante neste projeto de capacitação.

No trajeto de capacitação da UMP destes últimos anos mostrou-se fulcral a estratégia vencedora de dotar o Mutualismo de gabinetes de apoio que contribuíssem para a melhoria dos serviços prestados pela entidade representativa às suas Associadas Mutualistas e demais parceiros sociais e apostassem na proximidade e disponibilidade de respostas específicas e ajustadas. A sua implementação, consolidação e diversidade ancoraram-se fortemente no fio condutor de cada projeto de capacitação e, bem assim, nas circunstâncias e necessidades institucionais. Foram identificados os gabinetes de apoio ao Mutualismo que, implementados, provaram ser essenciais no domínio da capacitação e que, portanto, foram mantidos, reforçados e otimizados (Protocolos e Eventos; Comunicação e Imagem; Informática), assumiu-se a reestruturação de gabinetes necessários à prossecução dos objetivos mutualistas (Estudos e Projetos - criado em setembro de 2021; Jurídico; Associativismo e Fins Mutualistas - criado em julho de 2021; e Formação - criado em setembro de 2021).

6.2.1 Gabinete de Formação

Atendendo ao levantamento de necessidades formativas realizado pela UMP junto das suas associadas, foi decidido pelo Conselho de Administração da UMP a criação de um Gabinete de Formação e

a instrução de processo para a obtenção da certificação, enquanto entidade formadora, pela DGERT.

O processo de certificação da UMP pela DGERT enquanto entidade formadora foi concluído a 29 de setembro de 2021. Atualmente a UMP é entidade formadora certificada pela DGERT para as áreas: 090 - Desenvolvimento pessoal; 312 - Sociologia e outros estudos; 342 - Marketing e publicidade; 344 - Contabilidade e fiscalidade; 345 - Gestão e administração; 346 - Secretariado e trabalho administrativo; 380 - Direito; 482 - Informática na ótica do utilizador; 761

- Serviços de apoio a crianças e jovens; 762 - Trabalho social e orientação; 862 - Segurança e higiene no trabalho.

Com a criação deste novo gabinete de formação, a UMP pretende desenvolver respostas formativas que permitam qualificar os recursos humanos internos, bem como o desenvolvimento de ações de formação que vão ao encontro das necessidades das suas Associadas, contribuindo assim para a sua capacitação.

6.2.2 Gabinete de Estudos e Projetos

Com vista à identificação e benefício de oportunidades de financiamento público e privado para as atividades da União das Mutualidades Portuguesas e respetivas associações filiadas, assim como para a promoção da inovação social e desenvolvimento estratégico, foi criado, em setembro de 2021, o Gabinete de Estudos e Projetos.

Nos primeiros meses de atividade deste gabinete, foram elaboradas candidaturas às seguintes linhas de financiamento:

- Programa Cidadãos Ativ@s – Reforçar a capacidade e sustentabilidade da sociedade civil, financiado pelas EEA Grants e sob gestão da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação Bissaya Barreto. A candidatura, intitulada “Projeto CAMPE - Capacitação das Associações Mutualistas em Planeamento Estratégico”, preconizou a criação de uma plataforma de formação e-learning para o Gabinete de Formação da UMP e o lançamento da 1.ª edição online de um curso em planeamento estratégico para as associações filiadas;
- Apoio à Realização de Congressos, Colóquios, Conferências, Seminários e Estudos do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP. Esta candidatura perspetiva a realização de uma conferência intitulada “O papel da proteção social complementar para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe: o caso do mutualismo”, a desenvolver em São Tomé e Príncipe em 2022;
- Programa de Apoio Institucional às Entidades (PAIE – Secção I) da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. Na senda de candidaturas anteriores aprovadas, o projeto REDESS – Recuperar e Desenvolver a Economia Social e Solidária visa o reforço do trabalho que a UMP tem vindo a desenvolver na aproximação às suas associadas, na representação institucional junto de Parceiros Sociais, Organizações da Sociedade Civil e da Economia Social, entidades públicas e privadas e, por fim, na divulgação e valorização do Movimento Mutualista junto de novos públicos;
- Comparticipação especial para as entidades da economia social e solidária, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Está em fase de desenvolvimento a candidaturas à linha “Capacitação Institucional dos Parceiros da Economia Social Membros do CNES”, financiada pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego. Finalmente, foram prestados esclarecimentos e informação às associações filiadas que se candidataram aos apoios Prémio Fidelidade Comunidade e Programa Move PME e encetadas diligências para a alteração do regulamento do Programa Cidadãos Ativ@s que, na sua versão atual, exclui as associações mutualistas do concurso.

No âmbito do estabelecimento de contactos de cooperação com entidades públicas e privadas de âmbito nacional e internacional, a UMP reuniu com a Fundação Manuel António da Mota, Fundação Calouste Gulbenkian e Associação Empresarial de Portugal.

6.2.3 Gabinete de Apoio ao Associativismo e aos Fins Mutualistas

Criado em julho de 2021, este Gabinete tem a responsabilidade de estabelecer contactos de cooperação com entidades públicas e privadas de âmbito nacional para o desenvolvimento de dinâmicas mutualistas e o apoio às Associações Mutualistas e ao gabinete jurídico da UMP em matérias de organização e funcionamento de serviços desenvolvidos pelas Mutualidades e pela UMP.

Sob a sua responsabilidade está, também, a recolha e o tratamento de dados estatísticos relacionados com o mutualismo, a caracterização do Movimento a nível nacional e europeu e a apresentação de propostas de novas modalidades e respostas mutualistas.

A captação de novas Associadas da UMP e o apoio à criação de novas Associações Mutualistas constituem uma das principais áreas de intervenção deste gabinete, cuja missão se estende, ainda, à negociação, com entidades públicas e privadas, com vista à celebração de protocolos de parceria, traduzidos em benefícios concedidos à UMP, associações mutualistas e seus associados.

Depois de uma aturada fase de mapeamento das organizações mutualistas a nível nacional, foi possível atualizar a base de dados da UMP e estabelecer um plano com vista à integração de novas associadas e à divulgação das dinâmicas e serviços da UMP, dando maior visibilidade à marca UMP e à cooperação no Movimento Mutualista. Em resultado deste trabalho, terminámos 2021 com uma nova Associação Mutualista filiada – a Caixa Auxiliar dos Estivadores do Porto de Lisboa e Centro de Portugal Associação de Socorros Mútuos – e com outros processos em andamento.

A UMP procedeu à renovação do portefólio de protocolos de cooperação com as seguintes entidades:

- NECHO CONSULTING;
- ORBIS;
- AREAL;
- UCP-Viseu - Universidade Católica Portuguesa;
- Instituto Politécnico de Leiria;
- Interprev;
- Termas de São Jorge;
- Intellicare;

Com vista a consultoria e apoio em processos de candidaturas a financiamento das Associadas, estabeleceu protocolos com a seguintes consultoras:

- Moneytree, Lda;

- Consulting 2030;
- Companhia Própria;
- ZonaVerde;
- Skillent Lda.

Até ao final de 2021, foram estabelecidos protocolos com entidades que se traduzem em vantagens e descontos em produtos e serviços à UMP, Mutualidades e seus Associados:

- Invisible Cloud;
- Ecotravel;
- Termas de Monfortinho;
- Ortopedia Portugal;
- Glassdrive;
- Smile Up.

No sentido de apoiar a criação de novas modalidades de benefícios e a atualização e reformulação das existentes, a UMP celebrou um protocolo de serviços atuariais com o Atuário Pedro Barbosa. Neste âmbito, foi criado um grupo de trabalho constituído por representantes da UMP e Associações Mutualistas, com o objetivo de estudar novas e modernas modalidades que respondam às necessidades efetivas da sociedade.

No âmbito de um protocolo com a ASAE, a UMP recebeu daquela entidade um conjunto de artigos de vestuário e calçado, que encaminhou para várias Associações Mutualistas com respostas de apoio a pessoas vulneráveis, que tinham reportado interesse nesse tipo de bens para fazer face às necessidades dos utentes que acompanham.

6.3 Desenvolvimento tecnológico/Informática

6.3.1 AMIGA

A Aplicação Mutualista Integrada de Gestão de Associados (AMIGA), inteiramente desenvolvida pela UMP, foi instalada e está em pleno funcionamento, com enorme sucesso, em várias Associações Mutualistas e encontra-se em fase final de instalação e formação de recursos humanos em outras Associações.

Durante o ano de 2021, foram incorporadas nesta aplicação novas funcionalidades, de forma a responder e a ajustar-se às necessidades do maior número de Associações que revelaram interesse na adesão a esta ferramenta.

6.3.2 Simplex Mutual

Prosseguindo uma política de desmaterialização de documentos e de valorização do tratamento dos dados e respetivo arquivo, a UMP desenvolveu e concluiu uma nova ferramenta designada por SIMPLEX MUTUAL, que visa a entrega e depósito dos seguintes documentos oficiais em formato digital:

- Alterações Estatutárias e Regulamento de Benefícios aprovados em Assembleia Geral, bem como as respetivas Atas;
- Tomadas de Posse e respetivas Atas de Escrutínio;
- Planos de Ação e Orçamento anuais e respetivas Atas de aprovação em Assembleia Geral;

+ 5

TRABALHADORES
CONTRATADOS
(=26)

- Relatórios e Contas anuais, bem como as respetivas Atas de aprovação em Assembleia Geral.

As Associadas podem aceder à Plataforma no site www.mutualismo.pt, através da área reservada, para preencher as respetivas demonstrações financeiras e depositar os respetivos documentos oficiais.

A UMP está a articular com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e com o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública a conexão desta ferramenta com os sistemas de informação do Instituto Nacional de Estatística, Direção Geral da Segurança Social e Orçamento e Contas de Instituições Particulares.

6.3.3 Central de negociação

Durante o ano de 2021, procedeu-se ao estudo e análise de diferentes plataformas de negociação disponíveis no mercado nacional, estando a avaliar-se a pertinência do desenvolvimento de uma plataforma própria.

7. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

7.1 UMM - União Mundial das Mutualidades

Enquanto Vice-Presidente do Comité Intercontinental da UMM, em representação do Continente Europeu, a UMP participou em diferentes ações levadas a cabo pela UMM, no decorrer do ano de 2021.

No dia 15 de abril, participou por videoconferência em reunião do Comité Intercontinental, onde foi oficialmente comunicado o falecimento do Presidente Alfredo Sigliano, e na qual foi submetida e aprovada uma proposta para que o cargo de Presidente fosse assumido por Andrés Román, Vice-Presidente da ODEMA. Na mesma ocasião, foi ainda discutida a alteração da sede da UMM para Bruxelas, que, por força da pandemia, não foi ainda possível concretizar.

No dia 27 de julho, participou, por videoconferência, em reunião do Comité Intercontinental, onde a UMP e a UAM (União Africana das Mutualidades), enquanto Vice-Presidentes deste órgão, assumiram o compromisso de captar novas Associadas para a UMM, embora alertando para os constrangimentos decorrentes da pandemia. O Comité Intercontinental tomou conhecimento formal da distinção que a UMP atribuiu, a título póstumo, a Alfredo Sigliano, sob a forma de Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional.

O Comité Intercontinental voltou a reunir, por videoconferência, no dia 3 de novembro para preparar a Assembleia Geral que se realizou a 24 de novembro e elaborar uma proposta com vista ao reconhecimento, pelas Nações Unidas, do Dia Internacional do Mutualismo.

A 24 de novembro, participou por videoconferência na Assembleia Geral da UMM, onde foi aprovado o Relatório e Contas e uma proposta no sentido de prolongar a Presidência da UMM pela ODEMA até 2024, de forma a poder concretizar as ações propostas no início do mandato.

7.2 Comité Económico e Social Europeu (CESE)

No âmbito da sua participação neste Comité, a UMP faz parte do Grupo III – Diversidade Europa e da respetiva mesa. Este grupo, em consonância com as alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, é

composto por «outros atores representativos da sociedade civil, em especial nos domínios socioeconómico, cívico, profissional e cultural». O objetivo do Grupo III é a realização de uma verdadeira democracia económica, social e participativa europeia, tendo como lema «Alcançar uma autêntica democracia participativa na UE através do diálogo civil», e o espírito subjacente às suas atividades enquadra-se nos seguintes três pilares: Diversidade em democracia; Formação de consensos e Empenhamiento cívico europeu – ação local. Considerando o seu âmbito, a UMP foi igualmente indicada para as seguintes Secções/Categorias:

Categoria da Economia Social - é constituída por membros provenientes do Grupo Diversidade Europa e do Grupo dos Empregadores, representando cooperativas, mutualidades, associações, fundações e ONG de ação social.

A Secção INT Secção Especializada do Mercado Único, Produção e Consumo - trata de domínios de política relacionados com a indústria, a concorrência, os serviços, as pequenas e médias empresas (PME) e as empresas da economia social. Tem igualmente como função debater e adotar pareceres sobre a investigação e a inovação, a defesa dos consumidores, as tendências económicas emergentes, tais como a economia colaborativa, e as políticas do mercado único em geral.

A Secção SOC Secção Especializada de Emprego, Assuntos Sociais e Cidadania - prepara os trabalhos do CESE numa série de domínios de intervenção que incluem o emprego e as condições de trabalho, a educação e a formação, a migração e o asilo, os direitos fundamentais e os direitos dos cidadãos e outras questões sociais, como a política social e a pobreza, a igualdade de género, questões relacionadas com a deficiência, a inclusão dos ciganos, a saúde, a justiça e os assuntos internos (incluindo a imigração).

No ano de 2021, a UMP participou ainda em 46 reuniões de trabalhos/iniciativas promovidas pelo CESE.

7.3 CPLP

A União das Mutualidades Portuguesas manteve contactos com o governo de São Tomé e Príncipe, no âmbito do processo de cooperação para a implementação do modelo mutualista neste território. No entanto, a evolução da pandemia por Covid-19 em Portugal e em São Tomé e Príncipe limitou seriamente a possibilidade de uma deslocação a este país da CPLP, com vista à preparação de um projeto socioeconómico de raiz mutualista, em estreita ligação com as autoridades locais.

Considerando estratégica a expansão do mutualismo para os países da CPLP, a UMP entendeu ser pertinente aprofundar o conhecimento histórico sobre as experiências mutualistas nestes territórios e, especialmente, nas ex-colónias, tendo incumbido os investigadores da Universidade Nova de Lisboa Joana Dias Pereira e Rui Henriques da realização desse estudo, que será adaptado a livro, em fase de impressão.

8. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

O Plano de Comunicação da UMP pretende tornar o mutualismo um conceito familiar a todos os portugueses de todas as gerações, criar uma imagem institucional forte e aumentar a exposição mediática do Movimento Mutualista.

Nesse contexto, em 2021, deu-se especial relevância à preparação e publicação de livros que valorizam e evidenciam a riqueza do percurso histórico do Movimento Mutualista e a produção e divulgação de conhecimento relacionado com o mutualismo e as áreas de intervenção das mutualidades.

Importa destacar a criação de novos conteúdos multimédia, que ajudam a reforçar a notoriedade e o posicionamento do movimento mutualista, nomeadamente do vídeo institucional e de oito episódios do programa Mutual XXI, que deram a conhecer por dentro outras tantas mutualidades, os rostos que as corporizam no quotidiano, o seu impacto junto dos associados e das comunidades.

8.1 Plataformas de comunicação

8.1.1 Multimédia

Em 2021, dedicou-se especial atenção à componente de multimédia, que esteve na base da alavanca-gem das redes sociais da UMP.

8.1.1.1 Vídeo Institucional

Em articulação com entidade externa, foi planeado e produzido um novo vídeo institucional da UMP/ Movimento Mutualista (estreou em julho, no XIII Congresso Nacional do Mutualismo), que teve um impacto considerável, não só no seio das mutualidades como de outras organizações e entidades.

8.1.1.2 Mutual XXI

O Gabinete de Comunicação e Imagem produziu, com recursos humanos, técnicos e logísticos próprios, oito episódios do programa Mutual XXI, que divulga, em género reportagem em vídeo, uma Associação Mutualista, as suas atividades, a sua ligação e envolvimento com a comunidade, através de testemunhos de dirigentes, colaboradores e associados.

A produção destas reportagens implica trabalho de agendamento, preparação de conteúdos informativos e deslocação da equipa de reportagem, gravações durante um ou dois dias (consoante o universo da atividade), na própria instituição, com Dirigentes, Colaboradores, Voluntários, Associados e Utentes, e processo de pós-produção áudio e vídeo.

Estas reportagens são apresentadas mensalmente, ao dia 21, nas redes sociais, promovidas através de e-mail-marketing e partilhadas com a Associação Mutualista protagonista do respetivo episódio. Têm constituído um conteúdo de grande relevância para afirmar as mutualidades e o mutualismo nas comunidades onde estão presentes e alcançar novos públicos (na ordem dos 50 mil utilizadores).

Ao Mutual XXI poderá atribuir-se uma percentagem significativa do aumento do desempenho da UMP nas redes sociais ao longo de 2021.

Trata-se de um conteúdo que continuará a ser desenvolvido e aprimorado em 2022.

8.1.1.3 Outras produções e reportagens em vídeo

A UMP reforçou a sua aposta na produção própria de conteúdos de vídeo, procurando com isso dinamizar também as suas redes sociais e o canal de Youtube Mutualidades Portuguesas. Em 2021, com recursos próprios, realizou 57 vídeos, num total de 9 horas e 34 minutos, nomeadamente, entre outros:

- Reportagens de eventos UMP;
- Entrevistas a Dirigentes Mutualistas;
- Caminhada Familiar/Chama Mutualista d'A Mutualidade de Santa Maria – AM;
- Reportagem Bolsas de Estudo Mutualistas d'A Beneficência Familiar;
- Convites do Presidente do CA à participação nos eventos;
- Feliz Natal Mutualismo;
- Mensagem de Ano Novo;
- Biografias dos Premiados no XIII Congresso Nacional do Mutualismo;
- Prémio Inovar Para Melhorar;
- Chama Mutualista (resenha da edição);
- Prémio Trabalhador do Ano;
- Prémio Cidadania e Solidariedade;
- Prémio Mutualismo e Solidariedade.

8.2 Publicações

8.2.1 Edição de livros

No âmbito da aposta na aproximação às instituições de ensino superior e às comunidades académicas, tendo em vista aumentar a notoriedade pública do mutualismo e despertar o interesse pela investigação e produção de conhecimento sobre mutualismo e o Movimento Mutualista, a UMP promoveu e está a promover a realização de vários estudos em matérias relacionadas com a história, a caracterização do setor e a inovação social, que pretende editar sob a forma de livro e distribuí-los pelas bibliotecas municipais e universitárias do Continente e Ilhas, pelas Associações Mutualistas e estudiosos das temáticas relacionadas com a economia social:

- Origens do Mutualismo em Portugal, por Joana Dias Pereira e Rui Henriques, Universidade Nova de Lisboa (concluído, já editado e apresentado);
- História do Mutualismo nas Ex-Colónias, por Joana Dias Pereira e Rui Henriques, Universidade Nova de Lisboa (concluído, impressão em curso);
- Breve História do Mutualismo em Portugal, por Álvaro Garrido, Universidade de Coimbra (concluído);
- Caracterização do Movimento Mutualista em Portugal, coordenado por Luís Capucha, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL (concluído);

- As Organizações Mutualistas na Sociedade Portuguesa do Século XXI, coordenado por Teresa Carvalho, Universidade de Aveiro (em curso).

Em 2021, a UMP editou o livro “Origens do Mutualismo em Portugal” e, na reta final do ano, encontrava-se em fase de impressão a segunda obra dos mesmos autores – História do Mutualismo nas Ex-Colónias.

8.2.2 Edição de Anuário das Mutualidades

A UMP procedeu à recolha e sistematização de dados sobre as mutualidades e as suas modalidades de benefícios e atividades, com vista a atualizar as suas bases de dados e editar, no início de 2022, o Anuário das Mutualidades Portuguesas, com conceção gráfica e conteúdos totalmente desenvolvidos pelo Gabinete de Comunicação e Imagem.

8.2.3 Revista MUT

A UMP continuou a assegurar os conteúdos e a publicação e distribuição da revista anual MUT, que, na sua edição n.º 12, apresentou um novo grafismo, mais atual e alinhado com a identidade gráfica desenvolvida no âmbito do Plano de Comunicação da UMP, para além de novos conteúdos temáticos, que contribuíram para o seu enriquecimento, enquanto revista do Movimento Mutualista.

8.2.4 Correio Mutualista e Info

Em 2021, começou a editar, com uma periodicidade semanal e saída à segunda-feira, a newsletter digital Correio Mutualista, com a síntese das principais notícias acerca da atividade da UMP e das suas filiais e da economia social, informações de carácter técnico na área da legislação, regulamentos, normas e orientações de interesse para as Associações Mutualistas, candidaturas a financiamentos, prémios e concursos, agenda de eventos e revista da imprensa.

Assegurou, também, a publicação do boletim informativo digital mensal Info, com distribuição no primeiro dia útil do mês, introduzindo progressivamente novos conteúdos e fomentando a participação das mutualidades com artigos técnicos ou de interesse para o setor.

8.3 Site e microsites

A UMP assegurou a manutenção e a criação de novos conteúdos do site www.mutualismo.pt (e dos microsites de cada um dos eventos UMP), que se tem assumido como um portal de informação sobre mutualismo e uma importante plataforma de contacto entre o público e as mutualidades. Em 2021, o site [mutualismo.pt](http://www.mutualismo.pt) registou um acréscimo de visitas relativamente ao ano anterior de 80,62 por cento e a inserção de 522 notícias (+125 do que em 2020), entre muitos outros conteúdos.

8.4 Redes Sociais

A UMP reforçou a sua presença nas redes sociais, destacando-se a dinâmica imprimida à página de Facebook, onde efetuou 603 publicações, que registaram um alcance de 203.543 utilizadores (+38,39% relativamente ao ano anterior), e a criação da página de LinkedIn, uma rede de profissionais que permite estreitar laços com doadores e investidores, atrair pessoas interessadas no voluntariado, recrutar

profissionais e partilhar iniciativas pontuais ou permanentes. A UMP e marca atualmente presença no Facebook, Instagram, LinkedIn, Twitter e Youtube.

8.5 Imprensa

A intervenção da UMP em vários processos legislativos e medidas públicas, no quadro da Comissão Permanente do Setor Social e Solidário e do CNES, tem-lhe conferido uma maior visibilidade na comunicação social.

Acresce, ainda, o impacto de ações de comunicação diretamente promovidas pela UMP, por exemplo, a pretexto da reunião com o Secretário de Estado da Saúde, onde reiterou a premência da alteração ao Regime Jurídico das Farmácias de Oficina, ou do XIII Congresso Nacional do Mutualismo, que gerou dezenas de referências na imprensa escrita, rádio e TV (com diretos a partir do próprio local).

8.6 Trabalhos Criativos e Merchandising

O Gabinete de Comunicação e Imagem produziu trabalhos criativos e de design necessários para a divulgação e promoção dos eventos e iniciativas da UMP: convites, brochuras digitais, diplomas, imagens/layouts (para suportes comunicacionais - banners publicitários, fotos de capa de Facebook, imagens institucionais, postais comemorativos, entre outros).

Sob a sua responsabilidade esteve também a criação do design da linha de merchandising para 2022 da UMP, concebida em materiais recicláveis e sustentáveis, com base em cortiça.

8.7 Comunicação Interna

Durante o ano de referência deste relatório, a UMP remeteu um total de 129 comunicações (avisos) às Associações Mutualistas, com informações relevantes da atividade da UMP, informações técnicas e legislativas, recomendações e orientações.

8.8 Webinars de Comunicação

Com o objetivo de partilhar experiências e boas práticas, realizaram-se seis webinars de comunicação destinados a dirigentes, responsáveis de comunicação, técnicos e colaboradores das Associações Mutualistas. A gestão de páginas de Facebook, a presença no LinkedIn, ferramentas de design e a relação com a imprensa foram alguns dos temas abordados.

8.9 Equipamento

Em 2021, foi realizado investimento em equipamento áudio e de insonorização para dotar o Gabinete de Comunicação e Imagem de recursos próprios para o desenvolvimento das suas atividades, nomeadamente as gravações áudio no âmbito do Mutual XXI e outros conteúdos.

41

REPRESENTAÇÕES
INSTITUCIONAIS EM
ORGANISMOS E GRUPOS
DE TRABALHO NACIONAIS

9. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO

9.1 Representações Institucionais

A UMP participou em diversas reuniões tendentes a transmitir e solucionar problemas transversais às Associações Mutualistas, nomeadamente com:

- Primeiro-Ministro;
- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
- Ministério da Saúde;
- Ministério da Educação;
- Ministério da Economia;
- Ministério do Planeamento;
- Ministério da Justiça;
- Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública;
- Instituto da Segurança Social;
- Coordenação da Task-Force para a Vacinação Anti-Covid.

9.2 Outras Participações e Representações Institucionais Nacionais

- Conselho Económico e Social (CES);
- Conselho Nacional para a Economia Social (CNES);
- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES): presidência do Conselho Fiscal da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social;
- Comissão Permanente do Setor Social e Solidário (CPSS);
- Comissão Nacional de Cooperação (CNC);
- Confederação Portuguesa da Economia Social (CPES);
- Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência (CNAPRR)
- Comissão Especializada do Território da CNAPRR;
- Comissão Especializada da Área Social da CNAPRR;
- Comissão Especializada Permanente do Desenvolvimento Regional e Ordenamento do Território;
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, IP);
- Instituto Nacional para a Reabilitação (INR, IP);
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens (CNPDPJC);
- Conselho Consultivo para o Centro de Competências para a Inovação Social em Portugal;
- Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Dependências e do Uso Nocivo do Álcool;
- Conselho Nacional para a Saúde Mental;

- Conselho Regional de Saúde Mental do Norte;
- Conselho Regional de Saúde Mental do Centro;
- Conselho Regional de Saúde Mental de Lisboa e Vale do Tejo;
- Conselho Regional de Saúde Mental do Alentejo;
- Conselho Regional de Saúde Mental do Algarve;
- Comissões Distritais de Cooperação nos 18 distritos;
- Plataformas Supraconcelhias do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve;
- Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem;
- Conselho Consultivo da Fundação INATEL;
- Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados;
- Fundo de Reestruturação do Setor Social;
- Linha de Crédito I e II;
- Comitês de Acompanhamento dos programas Operacionais Regionais (Norte2020, Centro2020, Lisboa2020, Alentejo2020 e Algarve2020);
- Comité de Acompanhamento do PO MAR 2020;
- Júri do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio;
- Projeto Y.ES – CASES;
- Grupo de Trabalho Transição Digital e Inovação Social;
- Grupo de Trabalho Qualificações, Competências e Emprego;
- Grupo de Trabalho Alterações Climáticas, Alimentação e Saúde;
- Grupo de Trabalho Estatuto Fiscal da Economia Social;
- Grupo de Trabalho do Instituto Nacional para a Reabilitação, IP (+18);
- Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Ferramenta de Avaliação Interativa de Riscos Online (OiRA)
- Grupo de Trabalho para a Revisão do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social;
- Grupo de Trabalho Garantia Europeia para a Infância.
- Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Lisboa.

1
NOVA ASSOCIADA
NA UMP

10. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UMP

10.1 Estrutura da organização

A estrutura organizativa da UMP cresceu mediante o reforço do Gabinete de Comunicação e Imagem, com mais um elemento, e a criação dos Gabinetes de Estudos e Projetos (um técnico superior) e Associativismo e Fins Mutualistas (um técnico superior).

Ainda em 2021, o Conselho de Administração reuniu por 13 ocasiões e o Comité Executivo, que engloba o Conselho de Administração e todos os gabinetes da UMP, reuniu regularmente, tendo ao longo do ano realizado 42 sessões, num total de 168 horas.

10.2 Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIDACL)

O Centro Infantil Dr. António da Costa Leal, equipamento social de apoio à primeira infância implantado em Lisboa, mais concretamente na freguesia de Santa Clara, continuou a ser gerido, de forma responsável e empenhada, pela União das Mutualidades Portuguesas.

Durante o ano de 2021, apesar das circunstâncias pandémicas vivenciadas, esta Creche registou significativos níveis de procura e de frequência de utentes, registando-se a integração, em média, de 70 crianças tanto no ano letivo de 2020-2021 como no ano letivo 2021-2022.

Efetivamente, o ano de 2021 foi marcado pela continuidade da pandemia COVID-19, pelo que foram permanentemente adotadas todas as medidas inerentes à minimização de riscos e à prevenção do contágio. Para tal, foi essencial o reforço dos recursos humanos da instituição, nomeadamente através da medida MAREES (Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde), que permitiu a integração de 3 novas profissionais no equipamento social.

Ao longo do período de suspensão do funcionamento da Creche decretado pelo Governo, que decorreu de 22 de janeiro a 15 de março, existiu um esforço para a manutenção da comunicação regular e eficaz com as famílias das crianças, propondo-se inclusivamente atividades pedagógicas que permitiram dar continuidade ao seu desenvolvimento saudável e integral.

O CIDACL manteve os 15 recursos humanos afetos ao quadro de pessoal, que zelaram pelos cuidados e pelo processo educativo das crianças acolhidas. A sua formação e experiência cada vez mais consolidadas, aliadas ao facto de a instituição gozar cada vez mais de reconhecimento e notoriedade junto da comunidade, contribuíram para melhorar os seus padrões de qualidade e de excelência.

De salientar que, para garantir a manutenção da satisfação das famílias, bem como as condições de conforto, desenvolvimento e segurança das crianças, investiu-se continuamente na aquisição de materiais e equipamentos bem como na conservação/reparação de vários componentes do edificado, essenciais para a qualidade dos serviços prestados.

Destacam-se também as relações de parceria mantidas entre o CIDACL e entidades da comunidade, fulcrais para o desenvolvimento da missão desta resposta social e em áreas de intervenção específicas, nomeadamente no acompanhamento a crianças com Necessidades Educativas Especiais integradas nesta Creche. Ademais, as famílias das crianças foram permanentemente envolvidas na vida educativa das crianças, numa lógica de partilha de objetivos, responsabilidades e desafios.

Importa ainda dar nota de algumas comemorações/datas festivas integradas no Plano Anual de Atividades deste equipamento social, que decorreram em 2021: Ação de formação para pais/encarregados de educação – “A importância dos afetos na primeira infância”; Mês do Livro Infantil; Dia Internacional da Família; Ação de formação para pais/encarregados de educação – “Imposição de limites na primeira infância”; Dia Mundial da Criança; Comemorações de Final de Ano Letivo; Dia Nacional do Mutualismo; Dia Mundial do Animal; Dia Mundial da Alimentação; Magusto; Dia Nacional do Pijama; Festa de Natal.

O Centro Infantil Dr. António da Costa Leal assume-se cada vez mais como uma resposta de referência no território, o que fortalece o movimento mutualista e, simultaneamente, confere credibilidade aos princípios e valores que estão na sua génese.

10.3 Eventos

A UMP promove anualmente um conjunto de eventos que visam, por um lado, dar notoriedade ao movimento mutualista e estimular a reflexão sobre temáticas relevantes no panorama do mutualismo e, por outro, capacitar e esclarecer as Associações Mutualistas.

O Programa de Ação para 2021 contemplava um conjunto de ações, cuja concretização ou a forma da sua execução estiveram condicionadas, em cada momento, à evolução do surto epidemiológico e às orientações das autoridades públicas, razões pelas quais uma parte das iniciativas foi realizada em formato de videoconferência e não foi possível levar a efeito a Reunião Anual de Presidentes Mutualistas e o Encontro Nacional de Jovens Mutualistas.

Não obstante os referidos condicionalismos, 2021 foi, até ao presente, o ano em que a UMP promoveu mais eventos, num total de 26 ações, que se distribuíram por 39 dias e que mobilizaram mais de 750 participantes.

10.3.1 XIII CONGRESSO NACIONAL DO MUTUALISMO e DIA NACIONAL DO MUTUALISMO 2021

Momento alto do calendário de eventos da UMP, o XIII Congresso Nacional do Mutualismo e Dia Nacional do Mutualismo realizou-se a 9 de julho, no Hotel Solverde, São Félix da Marinha, Vila Nova de Gaia, subordinado ao tema “Mutualismo: da Herança ao Futuro”.

O evento, que preencheu os requisitos Clean and Safe, registou a participação de 91 pessoas, em representação de 37 entidades, das quais 22 eram Associações Mutualistas, destacando-se a presença de dois membros do governo em momentos distintos do Congresso – o Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, na sessão de abertura; e o Secretário de Estado Adjunto e da Educação, João Costa, no encerramento dos trabalhos do período da manhã –, de uma representante da Ministra da Saúde, Marta Temido, que participou na sessão de encerramento, que incluiu ainda uma mensagem em vídeo da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho.

750
PARTICIPANTES
EM EVENTOS UMP

O programa contemplou dois painéis de reflexão e debate.

O primeiro, durante o período da manhã, dedicado ao tema “O Futuro da Saúde na Economia Social”, contou com a participação de personalidades relevantes, como o Bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães; os ex-Secretários de Estado da Saúde, Rosa Valente de Matos e Manuel Delgado; e Pimenta Marinho, ex-Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte.

O segundo, que decorreu na parte da tarde, subordinado ao tema “Novos Caminhos para a Economia Social”, juntou Tiago Preguiça, Diretor-geral da Direção Geral da Segurança Social; Marco António Costa, ex-Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social; Carlos Azevedo, CEO da IES-Social Business School; e Maria da Luz Cabral, Professora Adjunta da Escola Superior de Saúde de Alcoitão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Outro dos momentos altos do Congresso foi a tertúlia “História e Origens do Mutualismo”, que teve como dinamizadoras Joana Dias Pereira, historiadora e investigadora da Universidade Nova de Lisboa, e Virgínia Baptista, também historiadora e investigadora daquela universidade.

O XIII Congresso Nacional do Mutualismo registou um impacto mediático relevante em praticamente todos os principais órgãos de comunicação social de expansão nacional, antes, durante e após o evento, registando-se a presença da Agência Lusa, Porto Canal (que efetuou vários diretos a partir do local), TVI e RVE (com vários diretos a partir do local).

10.3.1.1 APRESENTAÇÃO DO LIVRO ORIGENS DO MUTUALISMO EM PORTUGAL

No âmbito da programação do XIII Congresso Nacional do Mutualismo, realizou-se a apresentação oficial do livro “Origens do Mutualismo em Portugal” (a que se faz referência mais detalhada em 8.1.2.1), editado pela UMP, que vem alterar o padrão de conhecimento sobre as raízes do movimento mutualista no nosso país, agora situadas em 1176.

A apresentação ocorreu durante a tertúlia sobre a “História e Origens do Mutualismo” e culminou numa sessão de autógrafos e a entrega de um exemplar a cada um dos representantes das Associações Mutualistas presentes pela autora Joana Dias Pereira.

10.3.1.2 CHAMA MUTUALISTA

A iniciativa da UMP Chama Mutualista enfatiza a força e a vitalidade do Movimento Mutualista, aprofunda os laços entre dirigentes e colaboradores das Mutualidades, através de um objeto luminoso que é transmitido ao longo de um ano entre as diferentes Associações Mutualistas. O percurso da 5.ª edição foi apresentado em vídeo, numa cerimónia integrada no Congresso, durante a qual se procedeu à transmissão do testemunho entre A Mutualidade de Santa Maria e A Familiar de Espinho, que correspondeu ao lançamento da 6.ª edição, que decorrerá num novo conceito.

A Chama Mutualista passa a estar associada a iniciativas de solidariedade ou outras, promovidas pelas Associações Mutualistas, e com impacto nas respetivas comunidades, vincando os valores mutualistas da solidariedade e da corresponsabilidade.

380

PARTICIPANTES EM AÇÕES
DE FORMAÇÃO E
CAPACITAÇÃO UMP

10.3.1.3 PRÉMIO INOVAR PARA MELHORAR (PIPM)

O Prémio Inovar Para Melhorar, instituído pela UMP, distingue uma Associação Mutualista que tenha implementado um projeto ou iniciativa, que constitua uma boa prática, replicável no seio do Movimento, que contribua para o progresso e desenvolvimento do mutualismo e da economia social.

Em 2021 foram submetidas três candidaturas - ASMAB - Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança (Cuidar de Quem Já Cuidou), AMUT-Gondomar (Linhas d'Abraço) e A Mutualidade de Santa Maria - Associação Mutualista (projeto Centro Qualifica) - que foram avaliadas por um júri constituído por Eduardo Graça, Presidente da CASES; Filipe Almeida, Presidente da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social; e Pedro Portugal Gaspar, Inspetor-Geral da ASAE.

Por decisão do júri, o Prémio foi atribuído à ASMAB, pelo seu projeto Cuidar de Quem Já Cuidou, através do qual procurou prestar cuidados diários e atividades psicossociais complementares aos tipificados aos seus associados integrados nas respostas Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, de forma a contribuir para a manutenção dos idosos no seu meio social e familiar.

Em representação da CASES, Manuel Maio, coordenador da delegação no Porto, entregou o Prémio no decorrer do Congresso.

10.3.1.4 PRÉMIO TRABALHADOR DO ANO

Instituído pela UMP, o Prémio Trabalhador do Ano valoriza o papel dos trabalhadores no desenvolvimento das mutualidades e na promoção do mutualismo, assumindo uma importância ainda mais relevante nestes tempos de exigência máxima na prestação de cuidados a quem mais precisa.

Nesta segunda edição do Prémio que distingue um trabalhador, colaborador ou voluntário mutualista que se tenha evidenciado pelas suas qualidades profissionais, empenho e identificação com a causa mutualista, foram submetidas, pelas Associações Mutualistas, cinco candidaturas a concurso, e o vencedor foi apurado através de votação online no site mutualismo.pt.

Foram registados 8.032 votos, e o candidato mais votado foi Ana Raquel Silva, que recebeu o Prémio das mãos do Presidente do Conselho de Administração da UMP, Luís Alberto Silva.

10.3.1.5 PRÉMIO MUTUALISMO E SOLIDARIEDADE

Por decisão do Conselho de Administração da UMP, o Prémio Mutualismo e Solidariedade, que distingue personalidades relevantes no campo do mutualismo e da solidariedade, foi atribuído a Armanda Fernández, Presidente da Associação de Socorros Mútuos Freamundense; e ao Comendador Augusto Ferreira Machado, da Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Esperança de Sandim.

10.3.1.6 PRÉMIO CIDADANIA E SOLIDARIEDADE

O Conselho de Administração da UMP deliberou, por unanimidade, atribuir este Prémio a Marta Temido, Ministra da Saúde, pelo seu papel no combate à pandemia Covid-19 em Portugal.

10.3.1.7 PRÉMIO MUTUALISMO E SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Em 2021, a UMP decidiu atribuir, a título póstumo, o Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional a Alfredo Sigliano, Presidente da União Mundial das Mutualidades, que faleceu em março de 2021, pelo seu percurso de vida, dedicado à promoção, defesa e difusão do mutualismo no mundo.

10.3.2 WEBINARES

Com o objetivo de capacitar as mutualidades, através da partilha de experiências e boas práticas, a UMP lançou em 2021 um conjunto de webinars nas áreas da comunicação, jurídica e financeira, que se revelaram uma mais-valia, porquanto permitiram criar um canal de comunicação regular entre os gabinetes da UMP e os técnicos das mutualidades nas respetivas áreas.

Foram realizados seis webinars de comunicação, que focaram matérias tão diversas como diferentes redes sociais, a criação e gestão de sites e ferramentas de design e comunicação; cinco webinars jurídicos centrados no Contrato Coletivo de Trabalho das Mutualidades; e três webinars financeiros, que abordaram temas como o Simplex Mutual e a prestação de contas das mutualidades às entidades de tutela.

Em parceria com uma entidade externa (I9Social), foi promovido o webinar Parcerias para o Impacto sobre este instrumento de financiamento, gerido pela Estrutura de Missão Portugal Inovação Social, dirigido à criação, desenvolvimento ou crescimento de projetos de inovação social, em parceria com investidores sociais.

Estes 15 webinars registaram um total de 280 participantes.

Em formato webinar foi também concretizado, a 14 de junho, II Encontro Nacional de Mulheres Mutualistas.

10.3.3 JORNADAS MUTUALISTAS REGIONAIS

As Jornadas Mutualistas Regionais são eventos de carácter formativo, destinados fundamentalmente a trabalhadores, dirigentes e colaboradores das Associações Mutualistas, que pretendem ser veículo de transmissão de conhecimentos técnicos orientados para a capacitação e desenvolvimento das Mutualidades.

Em 2021, foram introduzidas alterações profundas no formato destes eventos, conferindo-lhes um carácter eminentemente prático, centrado em temáticas estratégicas para as mutualidades e seguindo a metodologia de formação-ação, promovendo momentos de diagnóstico, planeamento e implementação, com recurso a consultoria e mentoria.

Foram promovidas duas edições (a segunda estende-se até junho de 2022), que envolveram 100 participantes.

A primeira, sobre “O Plano de Recuperação e Resiliência”, decorreu entre maio e junho de 2021, e foi estruturada em cinco sessões (três presenciais, em Espinho e Setúbal, e duas por videoconferência), por cada um dos três grupos de participantes (dois na Região Norte e um no Sul), que representaram 13 horas de formação por participante.

A ação foi ministrada pelo consultor João Antas Martins, Managing Partner da Leme Finance, licenciado em Economia, com carreira na banca e na docência na Universidade Católica Portuguesa (Porto), ISAG e IESF, e procurou promover uma cultura de empreendedorismo e inovação nas mutualidades, ajudando-as a projetar as suas ideias e necessidades, à luz da janela de oportunidades que constitui o Plano de Recuperação e Resiliência, que reserva cerca de 833 milhões de euros para o setor social.

+38,4%

ALCANCE DAS
PUBLICAÇÕES
NO FACEBOOK
FACE A 2020

A segunda edição, intitulada “Progresso, Desenvolvimento e Evolução do Movimento Mutualista”, iniciou-se em outubro e vai decorrer até junho de 2022, num total de sete sessões (em 2021 foram realizadas duas) em Espinho e outras tantas em Setúbal.

Este conjunto de sessões é assegurado pela consultora Stone Soup, que destacou para esta ação consultores especializados no trabalho com o setor social e tem em vista não só diagnosticar constrangimentos e dificuldades ao nível da organização e gestão das mutualidades participantes como também apoiar, através de ações de mentoria e consultoria, na estruturação e implementação de um plano de desenvolvimento.

10.3.4 II ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES MUTUALISTAS

O Encontro Nacional de Mulheres Mutualistas (ENMM) é um evento que tem para o Movimento Mutualista uma especial relevância, tendo em conta a necessidade reconhecida e assumida de integrar mais mulheres nos Órgãos Associativos e nas atividades das mutualidades

Atendendo à evolução do surto epidemiológico, a segunda edição do ENMM decorreu a 14 de junho, em formato de videoconferência, subordinada ao tema “A Importância da Mulher no Mutualismo, na Sociedade e na Democracia”, e contou com 32 participantes em representação de 12 Associações Mutualistas.

A ação permitiu aprofundar as temáticas referentes à participação das Mulheres nas mutualidades, na sociedade e na democracia, e identificar caminhos de aprofundamento da igualdade de género no Movimento Mutualista.

O evento, realizado em parceria com a Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança (ASMAB), que celebrava o seu 150.º Aniversário, registou a participação da Secretária de Estado da Valorização do Interior, Isabel Ferreira; do Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Bragança, Orlando Seixas Vaqueiro; da Vereadora do Pelouro da Cultura, da Ação Social e da Educação da Câmara de Bragança, Fernanda Silva; da Presidente da Direção da Associação de Socorros Mútuos Freamundense, Armanda Fernández; da Coordenadora do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica da ASMAB, Teresa Fernandes; da Capitã da GNR de Bragança, Edna Almeida; e da Subintendente da PSP de Bragança, Ana Maria Rodrigues. A moderação esteve a cargo da Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UMP, Carla Silva.

10.3.5 X ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES MUTUALISTAS

Destinado a abordar matérias pertinentes para o desenvolvimento e valorização das Associações Mutualistas e da sua gestão e funcionamento, o X Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, que decorreu, no dia 25 de outubro, no Auditório da CCDR Centro, em Coimbra, centrou-se nos “Mecanismos de apoio financeiro à proteção social”.

Na sessão de abertura, intervieram Isabel Damasceno, Presidente da CCDR-Centro, e Manuela Veloso, Diretora do Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra.

O evento dividiu-se em dois momentos de esclarecimento e debate. O primeiro abordando o Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário 2021/2022, essencial no financiamento das respostas sociais protocoladas com o Estado, que contou com a oradora Catarina Marcelino, Vice-Presidente do Instituto de Segurança Social, e a moderação de Carla Silva e Sara Ferreira. O segundo versou sobre o Plano de Recuperação e Resiliência, em que participaram enquanto oradoras Sofia Silva Ferreira, em representação do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e Teresa Sá Marques, Coordenadora da Comissão Especializada Social e do Território do PRR. A moderação esteve a cargo de Edgar Diogo.


Em representação de 17 Associações Mutualistas, participaram 48 pessoas no evento.

10.3.6 ASSEMBLEIAS GERAIS

Durante o ano de 2021, realizaram-se duas Assembleias Gerais Ordinárias que, à semelhança dos demais eventos presenciais realizados no ano, observaram todas as medidas de prevenção e contingência recomendadas pela Direção Geral de Saúde.

A primeira, inicialmente convocada para 29 de janeiro, realizar-se-ia a 23 de abril, após vários reagendamentos decorrentes da situação epidemiológica vivida no país e dos sucessivos Estados de Emergência decretados. Com a participação de 34 Associações Mutualistas, a Assembleia Geral decorreu no Auditório da Escola de Artes e Ofícios de Ovar e aprovou o Relatório e Contas de 2020 e as propostas do Conselho de Administração de Alteração Global dos Estatutos da UMP, de Alteração Global do Regulamento de Funcionamento da Assembleia Geral da UMP, de Fixação do Valor da Quota Supletiva a partir de 1 de janeiro de 2021 e de Remuneração do Presidente do Conselho de Administração da UMP.

A segunda Assembleia Geral Ordinária teve lugar no dia 19 de novembro, no Auditório da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, e contou com a participação de 35 Associações Mutualistas. Foram apreciadas, discutidas e aprovadas as propostas de Programa de Ação e Orçamento para 2022 e a Fixação da data comemorativa do Dia Nacional do Mutualismo (27 de maio).



III. RESULTADO LÍQUIDO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO

III. RESULTADO LÍQUIDO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO

As Demonstrações Financeiras da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho;
- Declaração de retificação n.º 916/2015;
- Código das Associações Mutualistas – Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto; e
- Normas Interpretativas (NI).

Em 2021, a União das Mutualidades Portuguesas apresentou um resultado líquido positivo global de Euro: 152.679,38. Este resultado é formado, por um lado, pelo resultado líquido positivo inerente à atividade normal da UMP no valor de Euro: 69.121,50, bem como pelo resultado líquido positivo registado no estabelecimento “Centro Infantil Dr. António da Costa Leal”, explorado pela União das Mutualidades Portuguesas e que prossegue a resposta social “Creche” no valor de Euro: 83.557,88.

Considerando que, com a adoção do SNC-ESNL, as demais informações de natureza económica e financeira se encontram explicadas com grande detalhe no Anexo às Demonstrações Financeiras, para o mesmo se remete a explicação da formação dos resultados líquidos de 2021 e comparação com os resultados do ano anterior.

Por último e à semelhança do praticado em anos anteriores, o Conselho de Administração propõe às Excelentíssimas Associadas que o resultado do exercício de 2021, no montante de **Euro: 152.679,38**, seja aplicado em conformidade com os Estatutos da UMP.

IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	17 729,75	3 066,19
Ativos intangíveis	6	789,00	749,61
Investimentos financeiros	16.1	31 583,87	28 675,35
Sub-total		50 102,62	32 491,15
Ativo corrente			
Créditos a receber	16.3	309 219,44	367 402,16
Estado e outros Entes Públicos	16.7	495,84	290,32
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16.2	224,87	224,87
Diferimentos	16.4	1 026,63	4 028,20
Caixa e depósitos bancários	16.5	254 878,57	67 910,35
Sub-total		565 845,35	439 855,90
Total do ativo		615 947,97	472 347,05
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	16.9	59 818,19	(47 235,61)
Resultados transitados	17,9	0,00	(30 537,27)
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	16.9	70 922,63	70 922,63
Resultado Líquido do período	16.9	152 679,38	137 591,07
Total dos fundos patrimoniais		283 420,20	130 740,82
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	16.6	7 739,55	11 936,61
Estado e outros Entes Públicos	16.7	26 711,10	31 484,89
Financiamentos obtidos	7	0,00	40 771,98
Diferimentos	16.4	2 775,27	422,33
Outros passivos correntes	16.8	295 301,85	256 990,42
Subtotal		332 527,77	341 606,23
Total do passivo		332 527,77	341 606,23
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		615 947,97	472 347,05

O Conselho de Administração:

Luís Alberto de Sá e Silva
José Santos Almeida
João Filipe Cardoso Esteves
Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros
Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

O Contabilista Certificado:

Jorge Pedro do Vale Martins
C.C. 27 958

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	8	89 110,81	94 705,05
Subsídios, doações e legados à exploração	8 e 10	886 902,20	652 686,14
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			0,00
Fornecimentos e serviços externos	16.10	(326 268,13)	(56 445,80)
Gastos com o pessoal	14	(460 885,13)	(52 529,98)
Outros rendimentos	8 e 16.11	6 775,96	4 702,30
Outros gastos	16.12	(33 431,77)	(500 076,31)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		162 203,94	143 041,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(7 648,46)	(1 118,26)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		154 555,48	141 923,14
Juros e rendimentos similares obtidos	8 e 16.13	6,12	6,12
Juros e gastos similares suportados	16.13	(1 882,22)	(4 338,19)
Resultados antes de impostos		152 679,38	137 591,07
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		152 679,38	137 591,07

O Conselho de Administração:

Luíis Alberto de Sá e Silva
 José Santos Almeida
 João Filipe Cardoso Esteves
 Luíis Filipe de Mendonça Cristina de Barros
 Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

O Contabilista Certificado:

Jorge Pedro do Vale Martins
 C.C. 27 958

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 Período Findo em 31 de Dezembro de 2021

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	União das Mutualidades	Centro Infantil Dr. António da Costa Leal	POISE 2020 - 03-4639-FSE-000284	POISE 2020 - 03-4639-FSE-000846	PERÍODOS	
					2021	2020
Vendas e serviços prestados	13 650,00	75 460,81	0,00	0,00	89 110,81	94 705,05
Custo das vendas e dos serviços prestados					0,00	0,00
Resultado bruto	13 650,00	75 460,81	0,00	0,00	89 110,81	94 705,05
Subsídios, doações e legados à exploração	236 348,44	280 734,21	118 258,82	251 560,73	886 902,20	652 686,14
Outros rendimentos	6 083,94	698,14	0,00	0,00	6 782,08	4 708,42
Gastos administrativos	(151 524,55)	(271 507,96)	(116 347,93)	(247 772,82)	(787 153,26)	(108 975,78)
Fornecimentos e serviços externos	(105 247,73)	(46 444,66)	(97 490,36)	(77 085,38)	(326 268,13)	(56 445,80)
Gastos com pessoal	(46 276,82)	(225 063,30)	(18 857,57)	(170 687,44)	(460 885,13)	(52 529,98)
Outros gastos	(33 554,11)	(1 827,32)	(1 910,89)	(3 787,91)	(41 080,23)	(501 194,57)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1 328,22)	(621,44)	(1 910,89)	(3 787,91)	(7 648,46)	(1 118,26)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros gastos	(32 225,89)	(1 205,88)	0,00	0,00	(33 431,77)	(500 076,31)
Outros gastos operacionais de capacitação não financiados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	71 003,72	83 557,88	0,00	0,00	154 561,60	141 929,26
Gastos de financiamento (líquidos)	(1 882,22)	0,00	0,00	0,00	(1 882,22)	(4 338,19)
Resultados antes de impostos	69 121,50	83 557,88	0,00	0,00	152 679,38	137 591,07
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	69 121,50	83 557,88	0,00	0,00	152 679,38	137 591,07

O Conselho de Administração:
 Luís Alberto de Sá e Silva
 José Santos Almeida
 João Filipe Cardoso Esteves
 Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros
 Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

O Contabilista Certificado:
 Jorge Pedro do Vale Martins
 C.C. 27 958

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade				
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	(47 235,61)	(30 537,27)	70 922,63	137 591,07	130 740,82
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	107 053,80	30 537,27		(137 591,07)	0,00
		107 053,80	30 537,27	0,00	(137 591,07)	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				152 679,38	152 679,38
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				15 088,31	152 679,38
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	6=1+2+3+5	59 818,19	0,00	70 922,63	152 679,38	283 420,20

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade				
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	(275 496,99)	(91 640,14)	70 922,63	70 431,04	(225 783,46)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	228 261,38	61 102,87	0,00	(70 431,04)	218 933,21
		228 261,38	61 102,87	0,00	(70 431,04)	218 933,21
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				137 591,07	137 591,07
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				67 160,03	356 524,28
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020	6+7+8+10	(47 235,61)	(30 537,27)	70 922,63	137 591,07	130 740,82

O Conselho de Administração:

Luís Alberto de Sá e Silva
 José Santos Almeida
 João Filipe Cardoso Esteves
 Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros
 Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

O Contabilista Certificado:

Jorge Pedro do Vale Martins
 C.C. 27 958

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de associados e utentes		89 110,81	94 705,05
Recebimentos de subsídios		886 902,20	667 397,26
Pagamentos a fornecedores		(315 762,24)	(158 738,03)
Pagamentos ao pessoal		(455 295,28)	(246 661,79)
Caixa gerada pelas operações		204 955,49	356 702,49
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(255 434,46)	(146 273,54)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(50 478,97)	210 428,95
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(14 663,56)	(3 008,93)
<i>Ativos intangíveis</i>		(39,39)	(984,73)
<i>Investimentos financeiros</i>		(2 908,52)	(1 510,37)
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		6,12	6,12
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(17 605,35)	(5 497,91)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		108 081,39	245 076,21
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		148 853,37	(379 304,23)
<i>Juros e gastos similares</i>		(1 882,22)	(4 338,19)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		255 052,54	(138 566,21)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		186 968,22	66 364,83
Caixa e seus equivalentes no início do período		67 910,35	1 545,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16.5	254 878,57	67 910,35

O Conselho de Administração:

Luís Alberto de Sá e Silva

José Santos Almeida

João Filipe Cardoso Esteves

Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros

Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

O Contabilista Certificado:

Jorge Pedro do Vale Martins

C.C. 27 958

ANEXO

Nos termos da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, as divulgações a efetuar pelas ESNL em anexo às Demonstrações Financeiras correspondem às que abaixo se indicam.

1. Identificação da Entidade

A União das Mutualidades Portuguesas (UMP), é uma Associação Mutualista de grau superior, constituída sob a forma de União, a 9 de agosto de 1980, encontrando-se registada na Direção-Geral da Segurança Social sob o n.º 1/85, com fundos patrimoniais indeterminados, duração indefinida, número ilimitado de associados e âmbito de ação em todo o território nacional.

A UMP rege-se pelos diplomas legais aplicáveis e pelos seus Estatutos e tem como fins fundamentais, promover a defesa, desenvolvimento, cultura e práticas de solidariedade mutualista e assegurar a organização e representação do movimento mutualista.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpôs a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da União das Mutualidades Portuguesas, de acordo com as NCRF-ESNL e no pressuposto da continuidade das operações.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela União das Mutualidades Portuguesas na elaboração das Demonstrações Financeiras de 2021 foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF,) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, juntamente com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015.

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a UMP continuará a operar no futuro previsível assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

No entanto, no que diz respeito às quotizações dos associados foi adotado o regime de caixa, uma vez que a UMP não possui direito quanto à exigibilidade do saldo.

3.1.3 Consistência de Apresentação

Os conteúdos das Demonstrações Financeiras são consistentes com os do exercício anterior.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

Cada classe material de itens dissemelhantes é apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras. As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, serem relatados separadamente, estes não foram compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

Os conteúdos das Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

Porém, até 31.12.2020 os gastos associados à exploração do “Centro Infantil Dr. António da Costa Leal”, designadamente os constantes das contas 62 e 63, fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal, respetivamente, por se encontrarem relevados na conta 68, outros gastos e perdas, não são comparáveis com os que se apresentam nas demonstrações financeiras de 31.12.2021, mais adequadamente contabilizados naquelas respetivas contas.

3.2 Outras políticas contabilísticas:

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações foram calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Ativos Fixos Tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	4
Equipamento de transporte	4
Equipamento Administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 8

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não existem “Bens do património histórico e cultural” registados.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

As amortizações foram calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada natureza destes ativos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos Fixos Intangíveis	Número de anos
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	3
Propriedade industrial	3
Outros ativos intangíveis	3 a 5

3.2.4 Investimentos financeiros

Encontram-se registados em “Investimentos Financeiros” a participação da UMP no Capital Social da Cooperativa António Sérgio Para a Economia Social (CASES), no montante de 17.000,00 €, correspondentes a 17 títulos. Igualmente, encontra-se registada a aquisição de Títulos de Dívida Pública, no montante de 55,42 €, investimento no Fundo de Compensação do Trabalho, no montante de 12.028,45 € e aquisição de Títulos da CCAM no montante de 2.500,00 €.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui o montante disponível em 31.12.2021 em caixa e em depósitos bancários à ordem.

Créditos a receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu valor nominal estando deduzidos no Balanço de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, para assim retratar o valor realizável líquido.

Fornecedores, Empréstimos e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores”, “Empréstimos” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos Patrimoniais” é constituída pelo Fundo Social, pelas Reservas Estatutárias (Fundo de Administração, Fundo de Solidariedade Associativa e Fundo de Reserva Geral) resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais, em conformidade com as disposições estatutárias da UMP e por outras variações nos fundos patrimoniais resultantes da fusão, na UMP, de Associações Mutualistas.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Os “Financiamentos Obtidos” encontram-se registados no passivo pelo valor nominal líquido da concessão desses empréstimos.

3.2.9 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da UMP. Importa relevar, contudo, que no passado dia 11 de março de 2020 a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designada COVID-19 como pandemia, cujos reflexos económicos e financeiros foram sentidos durante o exercício económico de 2021.

Tendo em consideração a incerteza quanto ao potencial impacto e duração da COVID-19, bem como quanto à eficácia dos apoios e estímulos estatais para a revitalização da economia, não é possível apurar e quantificar os efeitos diretos e indiretos do presente contexto na atividade futura da UMP.

3.2.10 Principais fontes de incerteza das estimativas

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras e que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das Demonstrações Financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das Demonstrações Financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram os seguintes:

As vidas úteis dos ativos fixos tangíveis foram determinadas tendo por base os critérios do decreto regulamentar 25/2009, entendendo a Administração que os mesmos representam a melhor estimativa da utilidade esperada do ativo para a entidade.

As quotizações dos Associados são reconhecidas através do Regime de Caixa, uma vez que a UMP não possui direito quanto à exigibilidade das quotas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não aplicável.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos em 3.2.1.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020 mostrando as adições, as revalorizações, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, encontram-se no seguinte quadro:

Descrição	2021					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	
Ativos						
Saldo Inicial	0,00	985,00	14 540,00	40 042,62	3 654,70	59 222,32
Aquisições	1 228,28	7 109,40	0,00	13 322,73	0,00	21 660,41
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	1 228,28	8 094,40	14 540,00	53 365,35	3 654,70	80 882,73
Descrição	2020					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	0,00	0,00	14 540,00	37 996,58	3 619,55	56 156,13
Amortizações do exercício	307,07	1 570,63	0,00	5 070,91	48,24	6 996,85
Saldo Final	307,07	1 570,63	14 540,00	43 067,49	3 667,79	63 152,98
Ativos Líquidos	921,21	6 523,77	0,00	10 297,86	-13,09	17 729,75

Descrição	2020					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	
Ativos						
Saldo Inicial	0,00	985,00	14 540,00	37 033,69	3 654,70	56 213,39
Aquisições	0,00	0,00	0,00	3 008,93	0,00	3 008,93
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	985,00	14 540,00	40 042,62	3 654,70	59 222,32
Descrição	2020					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	0,00	0,00	14 540,00	37 496,58	3 422,56	55 459,14
Amortizações do exercício	0,00	0,00	0,00	500,00	196,99	696,99
Saldo Final	0,00	0,00	14 540,00	37 996,58	3 619,55	56 156,13
Ativos Líquidos	0,00	985,00	0,00	2 046,04	35,15	3 066,19

6. Ativos Intangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos em 3.2.3.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, as revalorizações, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, encontram-se no seguinte quadro:

	2021				
	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	Propriedade Industrial	Programas de Computador	Outros Activos Intangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	31 980,00	1 087,37	8 073,50	608,90	41 749,77
Aquisições	0,00	0,00	691,00	0,00	691,00
Saldo final	31 980,00	1 087,37	8 764,50	608,90	42 440,77
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	31 980,00	960,00	8 060,16	0,00	41 000,16
Amortizações do exercício	0,00	42,45	406,21	202,95	651,61
Saldo final	31 980,00	1 002,45	8 466,37	202,95	41 651,77
Ativos líquidos	0,00	84,92	298,13	405,95	789,00

	2020				
	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	Propriedade Industrial	Programas de Computador	Outros Activos Intangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	31 980,00	960,00	7 825,04	0,00	40 765,04
Aquisições	608,90	127,37	248,46	0,00	984,73
Saldo final	32 588,90	1 087,37	8 073,50	0,00	41 749,77
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	31 980,00	960,00	7 638,89	0,00	40 578,89
Amortizações do exercício	202,95	42,45	175,87	0,00	421,27
Saldo final	32 182,95	1 002,45	7 814,76	0,00	41 000,16
Ativos líquidos	405,95	84,92	258,74	0,00	749,61

7. Custos de Empréstimos Obtidos

São os seguintes os montantes em dívida bem como os encargos suportados e pagos nos exercícios de 2021 e 2020:

Descrição	2021		2020	
	Montante em Dívida	Encargos Financeiros	Montante em Dívida	Encargos Financeiros
Empréstimos Obtidos				
Instituições Financeiras				
Empréstimos bancários/Leasings Financeiros	0,00	0,00	40 771,98	4 338,19
Outros Encargos Financeiros				
Total	0,00	0,00	40 771,98	4 338,19

8. Rédito

A UMP reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

Prestação de serviços – Esta rubrica diz respeito às quotizações das Associadas bem como a rendimentos provenientes das quotas dos utilizadores do Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIACL), reconhecidas na demonstração dos resultados.

Juros – quando existam, são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

Subsídios à Exploração - respeitam aos subsídios atribuídos à UMP pelo Estado, por outros Organismos e Entidades públicas e privadas e, quando aplicável, são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;

Outros rendimentos – Dizem respeito a correções relativas a exercícios anteriores, participações recebidas para realização de eventos e a restituição de impostos.

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2021		2020	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Prestação de serviços	89 110,81	9,3%	94 705,05	12,6%
Subsídios	866 902,20	90,0%	652 686,14	86,8%
Outros Rendimentos	6 775,96	0,7%	4 702,30	0,6%
Juros	6,12	0,0%	6,12	0,0%
Totais	962 795,09	100,0%	752 099,61	100,0%

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A UMP, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações financeiras provisões, passivos ou ativos contingentes.

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Em 2021 e 2020, a UMP registou os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios à exploração”:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo	200 214,58	193 283,38
MTSSS	200 214,58	193 283,38
Subsídios e Apoios de Outras Entidades Publicas	674 415,15	446 902,76
POISE	369 819,55	180 713,39
ISS, IP.	17 568,00	
ISS, IP. (Acordo Cooperação Creche CIACL)	260 289,34	228 594,39
Gratuidade	-	1 240,08
Protocolo MARE	-	24 407,42
Apoio COVID	15 599,86	11 947,48
IEFP	8 757,57	-
IEFP - CONVERTE +	1 535,83	-
IAPMEI	845,00	
Subsídios de Outras Entidades	12 272,47	12 500,00
CASES	10 000,00	12 500,00
CPES	2 272,47	
Total	886 902,20	652 686,14

11. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

12. Impostos sobre o Rendimento

Não aplicável.

13. Instrumentos Financeiros

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, encontram-se descritas no anterior ponto 3.2.5. e nos pontos 16.2 a 16.8, estão decompostas as respetivas contas.

14. Benefícios dos empregados

Funcionários

O número de funcionários no final de Dezembro de 2021 é 28. Este número inclui os funcionários que se encontram exclusivamente afetos ao projeto POISE (10), os funcionários afetos ao CIACL (18).

No ano anterior o número médio de trabalhadores foi de 23 (afetos ao projeto POISE, ao CIACL e à atividade normal da UMP).

Os gastos que a UMP incorreu com os funcionários ao seu serviço e não afetos ao Projeto POISE ou ao CIACL foram os seguintes:

Gastos Com Pessoal	2021	2020
Remunerações dos órgãos associativos	36 225,22	32 136,49
Remunerações do pessoal	0,00	10 481,32
Encargos sobre remunerações	5 833,90	7 610,76
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	2 583,28	2 290,00
Gastos de acção social	0,00	0,00
Outros	365,00	11,41
Total	45 007,40	52 529,98

Os gastos com pessoal (Remunerações e Encargos) afetos aos projetos POISE e ao CIACL totalizaram no exercício o montante de Euros: 414.608,31.

15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A União das Mutualidades Portuguesas não é devedora de quaisquer contribuições e impostos à Segurança Social e à Autoridade Tributária.

16. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras são divulgadas as seguintes informações.

16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a UMP detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2021	2020
Investimentos noutras entidades	17 000,00	17 000,00
Outros Métodos	17 000,00	17 000,00
Outros Investimentos	14 583,87	11 675,35
Titulos da Dívida Pública (Justo valor)	55,42	55,42
Fundo Compensação Trabalho	12 028,45	9 119,93
Outros Títulos	2 500,00	2 500,00
Total	31 583,87	28 675,35

16.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Fundadores/associados/membros	224,87	224,87
Perdas por imparidade	0,00	
Valor Líquido	224,87	224,87
Descrição	2021	2020
Imparidade reconhecida no período	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

16.3 Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Devedores por acréscimos de rendimentos	301 176,37	140 127,24
ISS, IP (Acordo Cooperação CIACL)	0,00	8 542,60
IEFP	0,00	0,00
POISE	301 176,37	131 584,64
MTSSS	0,00	0,00
CASES	0,00	0,00
Outros Devedores	6 655,39	227 274,92
Total	307 831,76	367 402,16

16.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os valores a reconhecer como gastos com Seguros e como rendimentos com a participações dos utentes do CIDACL.

16.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	730,35	791,96
Depósitos à ordem	254 148,22	67 118,39
Outras Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Total	254 878,57	67 910,35

Os registos nas diversas rubricas da demonstração dos fluxos de caixa correspondem efetivamente aos recebimentos/pagamentos observados, sendo registados numa base bruta, i.e., não compensando entradas com saídas, exceto quanto a recebimentos e pagamentos (de caixa) dos itens em que a rotação seja rápida, as quantias sejam grandes e os vencimentos sejam curtos (p.ex. utilizações e amortizações de contas caucionadas, financiamentos por recurso a desconto de títulos, cheques e factoring).

Os pagamentos a fornecedores e outros englobam IVA e outros impostos e taxas liquidados nas transações realizadas. Os pagamentos ao pessoal não incluem as retenções efetuadas nem outros encargos devidos pela própria sociedade mas que não lhes sejam pagos, os quais são registados em outros recebimentos/pagamentos operacionais.

Os dividendos e juros recebidos são registados pelo valor líquido das inerentes retenções de impostos.

16.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores C/C	7 739,55	11 936,61
Total	7 739,55	11 936,61

16.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2021		2020	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
Estado e outros entes públicos				
Retenções de imposto sobre o rendimento		6 420,75		9 500,06
IVA	495,84		290,32	
Contribuições para a Seg. Social		20 290,35		21 984,83
Outras Tributações - FCT. FGCT				
Total	495,84	26 711,10	290,32	31 484,89

16.8 Outros passivos correntes

A rubrica "Outro passivo corrente" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Pessoal		
Remunerações a pagar	24 232,90	18 463,05
Credores por Acréscimos de gastos	61 298,25	58 009,64
Outros Credores (Entidades Parceiras Proj. POPH - Prev.Ganhar - POISE e outros)	185 013,70	180 517,73
Total	270 544,85	256 990,42

16.9 Fundos Patrimoniais

Descrição	2021	2020
Fundos		
Fundo Inicial	6 948,79	6 948,79
Fundo de Administração	-191 862,37	-266 585,41
Fundo Solidariedade Associativo	280 405,34	266 755,34
Fundo Reserva Geral	-35 673,57	-54 354,33
Outras Variações - Doações	70 922,63	70 922,63
Resultados Transitados	0,00	-30 537,27
Resultado Líquido do Período	152 679,38	137 591,07
Total	283 420,20	130 740,82

16.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	20 728,11	0,00
Serviços especializados	197 363,26	35 351,34
Materiais	15 201,48	4 015,26
Energia e fluidos	15 085,18	2 344,75
Deslocações, estadas e transportes	9 146,33	3 969,34
Serviços diversos	68 743,77	10 765,11
Total	326 268,13	56 445,80

A comparabilidade dos valores expressos em 2021 face ao ano anterior encontra-se explicada no ponto 3.1.6.

16.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	6 775,96	4 702,30
Total	6 775,96	4 702,30

16.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	83,77 €	32,52 €
Outros Gastos e Perdas:		
Correcções relativas períod.anteriores	1 987,56 €	10 057,71 €
Quotizações	250,00 €	1 000,00 €
Enc.C/Realização Projeto POISE	- €	204 190,72 €
Enc.C/Acordo de Cooperação IEFP	- €	- €
Enc.C/Erasmus+	- €	- €
Enc.C/CIACL	- €	236 049,10 €
Outros Gastos	4 710,44 €	48 746,26 €
Outros Gastos Operacionais de Capacitação Não Financiados	26 400,00 €	- €
Total	33 431,77 €	500 076,31 €

A comparabilidade dos valores expressos em 2021 face ao ano anterior encontra-se explicada no ponto 3.1.6.

O valor de 26.400,00 euros inscrito na linha "Outros Gastos Operacionais de Capacitação Não Financiados" insere-se no âmbito da não aceitação de despesa de acordo com a notificação da decisão relativa ao pedido de pagamento n.º 5/2017 (Operação n.º POISE-03-4639-FSE-000001).

16.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	1 882,22	4 337,48
Juros de mora e compensatórios	0,00	0,71
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	1 882,22	4 338,19
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos	6,12	6,12
Total	6,12	6,12
Resultados financeiros	(1 876,10)	(4 332,07)

17. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

No dia 11 de março de 2020 a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designada COVID-19 como pandemia, cujos reflexos económicos e financeiros foram sentidos durante o exercício económico de 2021. Tendo em consideração a incerteza quanto ao potencial impacto e duração da COVID-19, bem como quanto à eficácia dos apoios e estímulos estatais para a revitalização da economia, não é possível apurar e quantificar os efeitos diretos e indiretos do presente contexto na atividade futura da UMP.

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em exercício em 05 de janeiro de 2022.

Lisboa, 05 de janeiro de 2022

O Conselho de Administração,

Presidente - Luís Alberto de Sá e Silva

em representação de A Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista

Vice-Presidente – José Santos Almeida

em representação de A Familiar – A Familiar de Espinho – Associação Mutualista

Vice-Presidente – João Filipe Cardoso Esteves

em representação da Associação de Socorros Mútuos “Protetora dos Artistas” de Faro

Vice-Presidente – Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros

em representação de MUDIP – Associação Mutualista Diplomática Portuguesa

Vice-Presidente – Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

em representação da Associação de Socorros Mútuos Familiar Vimaranesense

Contabilista Certificado,

Jorge Pedro do Vale Martins

C.C. 27 958

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Estimadas Associadas,

Em cumprimento das competências previstas nos Estatutos da União das Mutualidades Portuguesas, o Conselho Fiscal apresenta o seu Parecer sobre o Relatório e Contas relativas ao exercício de 2021, aprovadas pelo Conselho de Administração.

Na prossecução da sua ação o Conselho Fiscal acompanhou, com regularidade, o desenrolar das atividades e as contas da União das Mutualidades Portuguesas, bem como a elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício económico de 2021, tendo contado, em todo esse percurso, com o apoio e colaboração do Conselho de Administração, do Contabilista Certificado e dos Serviços Financeiros e Administrativos da UMP, pelo que no cumpre reconhecer e agradecer.

O Conselho Fiscal regista, com satisfação, e atribui especial ênfase ao facto de a União das Mutualidades Portuguesas ter obtido, neste exercício, um resultado líquido positivo no montante total de Euro: 152.679,38€, que traduz e reflete a política de consolidação económica e financeira que a UMP tem vindo a adotar nos últimos exercícios económicos.

PARECER

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião de que Relatório e Contas de 2021 da União das Mutualidades Portuguesas merecem serem aprovadas pelas Exas. Associadas.

Lisboa, 06 de janeiro de 2022

O Conselho Fiscal,

Presidente – José Miguel Duarte de Oliveira Gomes
em representação da Associação Mutualista de Arcozelo

Vogal – Jorge Carlos da Conceição Cordeiro
em representação da Associação de Socorros Mútuos Primeiro de Dezembro

Vogal – José Vicente Costa de Carvalho
em representação da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Vilafranquenses

